



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE ERECHIM
CURSO DE AGRONOMIA – PRONERA

JONATHAN GILNEI RODRIGUES DOS SANTOS

**FEIRAS ECOLÓGICAS E RESISTÊNCIA CAMPONESA: O CASO DAS FAMÍLIAS
DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO/RS**

PONTÃO
2018

JONATHAN GILNEI RODRIGUES DOS SANTOS

**FEIRAS ECOLÓGICAS E RESISTÊNCIA CAMPONESA: O CASO DAS FAMÍLIAS
DO ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de
Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como
requisito para obtenção do título de Bacharel em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Ulisses Pereira de Mello

Co-orientadora: Ma. Dayana Cristina Mezzonato Machado

PONTÃO

2018

Santos, Jonathan Gilnei Rodrigues dos
Feiras ecológicas e resistência camponesa: o caso das
famílias do Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS/ Jonathan
Gilnei Rodrigues dos Santos. -- 2018.

65 f.:il.

Orientador: Ulisses Pereira de Mello.

Co-orientadora: Dayana Cristina Mezzonato Machado.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) Universidade
Federal da Fronteira Sul, Curso de Agronomia , Erechim, RS ,
2018.

1. Camponeses. 2. Resistência. 3. Feiras ecológicas.
4 . Assentamentos rurais. I. Mello, Ulisses Pereira de,
orient. II. Machado, Dayana Cristina Mezzonato, co-orient.
III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

JONATHAN GILNEI RODRIGUES DOS SANTOS


**"FEIRAS ECOLÓGICAS E RESISTÊNCIA CAMPONESA: O CASO DAS FAMÍLIAS DO
ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ, VIAMÃO/RS"**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientador: Prof. Ulisses Pereira de Mello

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 08/06/2018.

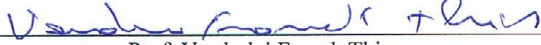
Banca examinadora:



Prof. Ulisses Pereira de Mello



Prof.ª Patrícia Martins da Silva



Prof. Vanderlei Franck Thies

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família. Minha mãe Lucia, meu pai Osmar, que são minhas bases e meus exemplos de vida. E, também, aos meus irmãos Deivid e Dandara. Não fossem eles, possivelmente eu não teria chegado até aqui. Apoiaram, escutaram e aconselharam-me nos momentos mais difíceis desta caminhada, principalmente naquele momento em que o sono não vinha e um sentimento de incapacidade tomou conta de mim. Deram-me ainda todo o suporte econômico ao longo destes mais de quatro anos de estudo, devo muito a vocês. Agradeço a minha companheira Flávia que se fez presente neste último período, me ouvindo, me ajudando e me aturando. Seu suporte, seu apoio, seu companheirismo e acima de tudo sua compreensão foram de extrema importância nesta caminhada.

Agradeço também aos meus orientadores, Professor Ulisses, por ter aceitado o desafio de me auxiliar na construção e no desenvolvimento deste estudo, que, com sua tranquilidade e paciência, contribuiu para que eu chegasse até aqui, e, a minha tia e co-orientadora Dayana, sempre muito exigente, paciente e motivadora, não hesitou em me auxiliar na construção deste estudo, uma mulher que admiro não apenas como profissional, mas também pelo seu caráter, dedicação e acima de tudo pela sua militância.

Agradeço aos movimentos sociais que compõem a Via Campesina, em especial ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por acreditarem que outra sociedade é possível de ser construída através da luta, da resistência, da reforma agrária e da superação das desigualdades sociais. Esse curso somente foi possível graças às lutas travadas pelos trabalhadores e militantes da Via Campesina e dos demais movimentos sociais que pautaram a construção da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), uma universidade popular, que tem por objetivo a construção de conhecimentos que contribuam para a libertação da classe trabalhadora.

Agradeço a coletividade do INSTITUTO EDUCAR, em especial a todos os educandos da Turma de Agronomia com Ênfase em Agroecologia Enio Guterres, os quais contribuíram imprescindivelmente com minha formação técnica, política e humana ao longo destes mais de quatro anos. Sinto-me privilegiado em poder conviver com a heterogeneidade dessa coletividade, em um ambiente de companheirismo, do qual sentirei saudades pelo resto de minha vida.

Por fim, agradeço a todos os educadores, familiares e amigos que me incentivaram e contribuíram neste processo de formação. Essa não é uma conquista minha, mas nossa.

RESUMO

O presente trabalho analisou uma estratégia de circuito curto de comercialização, desenvolvido pelas famílias camponesas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), assentadas no Assentamento Filhos de Sepé, município de Viamão/RS. Através da metodologia qualitativa e do método Estudo de caso buscou-se compreender de que maneira estes mercados, representados neste trabalho pelas feiras ecológicas, influenciam na resistência destes camponeses enquanto sujeitos sociais ativos. O estudo envolveu quatro famílias assentadas, que encontraram através da comercialização em feiras ecológicas realizadas nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre/RS, uma forma de escoamento da produção agrícola. Percebemos que os camponeses assentados construíram através das feiras ecológicas mais que uma simples atividade econômica que possibilita o escoamento da produção agrícola, gerando trabalho e renda aos núcleos familiares. Pois, esta atividade fomenta nos camponeses feirantes, o desenvolvimento de relações sociais marcadas pela cooperação, pela solidariedade, pela reciprocidade, e, ainda, possibilita o estabelecimento de relações de confiança e o encurtamento de distâncias para com consumidores. As famílias adotam sistemas de produção orgânicos, enraizados no capital ecológico (natureza), desta forma fomentam a coprodução e fortalecem sua autonomia. Os diversos mecanismos desenvolvidos pelas famílias feirantes como forma de enfrentamento aos desafios impostos pelas feiras, bem como a sua dinâmica de organização tendem a aproximar estes sujeitos da condição camponesa, que é fortalecida ao longo do tempo. Acreditamos que os elementos apresentados ao longo deste estudo demonstram que o modo de produção camponês é uma alternativa viável para a superação dos paradigmas social e ambiental ao qual se encontra a sociedade no século XXI.

Palavras-chave: Camponeses. Resistência. Feiras ecológicas. Assentamentos rurais.

RESUMEN

El presente trabajo analizó una estrategia de circuito corto de comercialización, desarrollado por las familias campesinas ligadas al Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST), asentadas en el Asentamiento Hijos de Sepé, municipio de Viamão/RS. A través de la metodología cualitativa y del método Estudio de caso se buscó comprender de qué manera estos mercados, representados en este trabajo por las ferias ecológicas, influyen en la resistencia de estos campesinos como sujetos sociales activos. El estudio involucró a cuatro familias asentadas, que encontraron a través de la comercialización en ferias ecológicas realizadas en los municipios de la región metropolitana de Porto Alegre/RS, una forma de salida de la producción agrícola. Percibimos que los campesinos asentados construyeron a través de las ferias ecológicas más que una simple actividad económica que posibilita el flujo de la producción agrícola, generando trabajo y renta a los núcleos familiares. Por eso, esta actividad fomenta en los campesinos feriantes, el desarrollo de relaciones sociales marcadas por la cooperación, la solidaridad, la reciprocidad, y, además, posibilita el establecimiento de relaciones de confianza y el acortamiento de distancias hacia los consumidores. Las familias adoptan sistemas de producción orgánicos, arraigados en el capital ecológico (naturaleza), de esta forma fomentan la coproducción y fortalecen su autonomía. Los diversos mecanismos desarrollados por las familias feriantes como forma de enfrentamiento a los desafíos impuestos por las ferias, así como su dinámica de organización tienden a aproximar a estos sujetos de la condición campesina, que es fortalecida a lo largo del tiempo. Creemos que los elementos presentados a lo largo de este estudio demuestran que el modo de producción campesino es una alternativa viable para la superación de los paradigmas social y ambiental al que se enfrenta la sociedad en el siglo XXI.

Palabras clave: Campesinos. Resistencia. Ferias ecológicas. Asentamientos rurales.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	JUSTIFICATIVA	10
1.2	OBJETIVOS	13
1.2.1	Geral	13
1.2.2	Específicos.....	13
1.3	O MUNICÍPIO DE VIAMÃO	13
1.4	O ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ	15
1.5	METODOLOGIA.....	17
2	ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS	19
2.1	A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E SEUS IMPACTOS.....	19
2.2	O CAMPESINATO E SEUS MECANISMOS DE RESISTÊNCIA	22
2.3	NOÇÕES SOBRE MERCADOS	27
3	AS FEIRAS ECOLÓGICAS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM VIAMÃO: CONSTITUIÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DINÂMICA DAS FAMÍLIAS.....	31
3.1	AS FEIRAS ECOLÓGICAS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS	31
3.1.1	Família 01	32
3.1.2	Família 02.....	33
3.1.3	Família 03	34
3.1.4	Família 04	35
3.2	O GRUPO GESTOR DAS HORTAS E FRUTAS	36
4	AS FAMÍLIAS FEIRANTES ASSENTADAS EM VIAMÃO E OS MECANISMOS DE EXPRESSÃO DA RESISTÊNCIA CAMPONESA	39
4.1	OS PRIMEIROS PASSOS DOS CAMPONESES DE VIAMÃO NA CONSTRUÇÃO DAS FEIRAS ECOLÓGICAS	39
4.2	AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS PELAS FAMÍLIAS FEIRANTES COM A NATUREZA, COM A COMUNIDADE E COM OS CONSUMIDORES.....	41

4.3	OS DESAFIOS DAS FEIRAS ECOLÓGICAS E OS MECANISMOS DESENVOLVIDOS PELOS CAMPONESES PARA SUPERÁ-LOS.....	47
4.4	AS PERSPECTIVAS FUTURAS DAS FAMÍLIAS FEIRANTES.....	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	59
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CAMPONESES FEIRANTES.....	62
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS REPRESENTANTES DO GRUPO GESTOR DAS HORTAS E FRUTAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou compreender a relação entre a estratégia de construção de mercados locais desenvolvidos por quatro famílias camponesas, membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assentadas em Viamão, Rio Grande do Sul, e a resistência camponesa.

A partir de meados da década de 1960 se intensificou no Brasil o desenvolvimento de diversas políticas agrícolas que pregavam o desenvolvimento e a modernização do meio rural brasileiro. A adoção de tais medidas, dentre outras consequências, acarretou em um aumento da produtividade agrícola, aumento das exportações, concentração de terra, êxodo rural, dependência dos agricultores para com as indústrias, em uma crescente subordinação da agricultura para com os mercados, que passaram a ser comandados por poderosos agentes privados nacionais e globais, e, fomentaram ainda uma significativa ampliação na quantidade de intermediários presentes nas relações de troca.

No que tange aos camponeses, notamos que estes sujeitos foram sendo cada vez mais afastados dos consumidores, ao passo em que as diversas empresas atuantes no mercado apropriaram-se de grande parcela da riqueza produzida pelo campesinato. Estes sujeitos viram ainda, seu poder de decisão a cerca do que cultivar, e quais técnicas e tecnologias implantar em suas Unidades de Produção (UP) ser cada vez mais submetido aos interesses econômicos do mercado. Ou seja, o campesinato além de ter sua autonomia enfraquecida, passou a deparar-se com um quadro de vulnerabilidade social e econômica.

No entanto, em um movimento de resistência, opondo-se aos princípios orientadores da modernização agrícola, diversos camponeses desenvolveram ao longo do tempo, diversas estratégias socioeconômicas na busca por uma maior autonomia com relação aos mercados e a indústria. Tais estratégias são embasadas em princípios de cooperação, reciprocidade e em modelos agrícolas que valorizam a relação entre ser humano e natureza. Estes sujeitos buscam desenvolver também, circuitos alimentares curtos, que reconectam consumidores e produtores de alimentos concomitantemente a uma revalorização dos produtos regionais, da sazonalidade e da procedência dos alimentos.

O campesinato brasileiro, através destas experiências produtivas e comerciais em níveis locais, busca enfrentar o quadro de vulnerabilidade econômica e social no qual se encontra, visando deste modo manter-se ativo enquanto sujeito social, reproduzindo sua cultura e seu modo de vida.

Nesse sentido, o presente estudo de caso se propõe a analisar em que medidas as experiências de comercialização em circuitos curtos desenvolvidas por quatro famílias camponesas feirantes, assentadas no Assentamento Filhos de Sepé, se convertem em formas de resistência camponesa.

As primeiras feiras em que se inseriram os agricultores do Assentamento Filhos de Sepé surgiram no ano de 2010, quando um grupo de assentados vislumbrou nesta atividade econômica uma alternativa de trabalho e autosustento para as famílias, devido à proximidade geográfica do assentamento com a zona urbana da região metropolitana de Porto Alegre. Em pouco tempo as feiras que foram iniciadas pelas famílias de Viamão ganharam visibilidade, com isso novos espaços de comercialização foram surgindo, e o número de famílias envolvidas nas feiras expandiu-se.

Através deste estudo de caso foram realizadas entrevistas com quatro camponeses feirantes e também com dois sujeitos sociais, membros de estruturas organizacionais do MST, responsáveis por acompanhar o processo de construção das feiras ecológicas das famílias assentadas, para assim compreendermos: 1) Quais os motivos que levaram estas famílias a desenvolver as feiras ecológicas como estratégias de reprodução? 2) Quais as dificuldades encontradas por elas ao longo do tempo? 3) Quais as perspectivas futuras destas famílias para a continuidade nas feiras ecológicas? e; 4) As experiências das famílias assentadas representam uma forma de resistência do campesinato brasileiro?

A hipótese principal deste trabalho é que os circuitos curtos de comercialização, expressos aqui através das feiras ecológicas, influenciam no processo de resistência do campesinato enquanto sujeito social ativo. Espera-se também apontar quais as formas em que esta resistência se apresenta na dinâmica das famílias participantes deste estudo de caso.

1.1 JUSTIFICATIVA

A população mundial é formada por cerca de sete bilhões de pessoas, e estima-se que esse número chegue em 9,5 bilhões em 2050, concomitante a isso, observamos uma crescente demanda por alimentos, de modo que a temática alimentar torna-se um assunto central em nossa sociedade, colocando “[...] as questões demográficas e alimentares [...] entre os maiores desafios a serem enfrentados pela humanidade neste século [...]”. (SCHNEIDER; CRUZ e MATTE; 2016 p.09). Esse quadro torna imprescindível a análise e a reflexão entorno das estratégias alimentares e dos modelos de abastecimento de alimentos adotados pelas sociedades no século XXI.

No Brasil, o agronegócio¹ exerce amplo domínio sobre o território e sobre as tecnologias agrícolas, estabelecendo uma agricultura cada vez mais científica e globalizada. Esse domínio possibilita que um reduzido número de latifundiários concentre a propriedade da terra, detendo também, um amplo poder sobre as relações sociais, políticas e econômicas no meio rural (FERNANDES, 2005). O poder do agronegócio se materializa também a partir de sua influência sobre os mercados, onde grandes grupos internacionais ditam as regras de produção e distribuição da produção agrícola², interferindo, dessa maneira, diretamente sobre a oferta de gêneros alimentícios, bem como sobre a dinâmica social do meio rural (PLOEG, 2008).

Em meio a esse quadro, parte do campesinato acaba sendo cooptado pela ideologia do agronegócio. Acreditando que a agricultura capitalista e a agricultura camponesa são da mesma natureza, essa parcela do campesinato adota a lógica agrícola capitalista, (FERNANDES, 2005), e, na tentativa de modernizar-se e aumentar a produtividade acaba perdendo sua autonomia, tanto na produção, quanto no ato de comercializar os alimentos produzidos em suas Unidades de Produção (PLOEG, 2008). Como resultado, os camponeses se deparam com uma situação de dependência, que, frequentemente os leva ao endividamento, fazendo com que muitos abandonem as atividades agrícolas e migrem para as grandes cidades.

No entanto, em um movimento oposto a lógica do agronegócio, em diversas regiões do mundo emergem experiências de ação individual ou coletiva que visam o fortalecimento da condição camponesa, através de modelos agrícolas enraizados no capital social, cultural e ecológico, que juntos proporcionam maior autonomia aos camponeses (PLOEG, 2008). Estas

¹ Segundo Oliveira e Stedilie (2005, p. 25), a palavra agronegócio tem um sentido genérico, referindo-se a todas as atividades de comércio com produtos agrícolas. No entanto, no Brasil, a expressão passou a ser utilizada para designar uma característica da produção no meio rural. O termo agronegócio refere-se às fazendas modernas, que utilizam grandes extensões de terra, que se dedicam à monocultura, ou seja, que se especializam num só produto, que utilizam alta tecnologia, mecanização, às vezes irrigação, pouca mão-de-obra, e por isso falam com orgulho que conseguem alta produtividade do trabalho, com baixos salários, com uso intensivo de agrotóxicos, com uso de sementes transgênicas e, na maior parte dos casos, produzem para a exportação, em especial, cana de açúcar, café, algodão, soja, laranja, cacau, e fazem pecuária intensiva.

De acordo com Fernandes (2005) agronegócio é uma palavra que foi empregada ao modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Trata-se de uma construção ideológica que visa à modernização deste modelo, na tentativa de ocultar seu caráter latifundista, que carrega em si, a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico.

² Segundo Morgan et al. (2009 apud Schmitt, 2011) na década de 1990 a Cargill já controlava 40% das exportações de milho, um terço das exportações de soja e 20% das exportações de trigo. De acordo com ETC Group (2008 apud Schmitt, 2011) um grupo composto por dez grandes empresas transnacionais controla dois terços da produção mundial de sementes. Schmitt (2011) afirma também que a rede de supermercados Walmart que abriu sua primeira filial fora dos Estados Unidos em 1991 é composta por 9.600 unidades operando em 28 diferentes países. O Carrefour, por sua vez passou a atuar internacionalmente em 1989 e conta com 9.500 lojas em 32 países.

experiências buscam desenvolver ou potencializar formas eficazes de acesso aos alimentos locais, que apontam para a constituição de novas estratégias de desenvolvimento rural, dando ênfase aos sujeitos envolvidos em tais experiências. Schneider; Cruz e Matte (2016, p.13) afirmam que de maneira geral tais iniciativas “[...] visam construir circuitos alimentares curtos ou redes agroalimentares que busquem tanto reconectar consumidores e produtores de alimentos como (re)valorizar produtos regionais, sazonalidade e procedência dos alimentos”.

Os mercados locais passaram a ganhar maior visibilidade a partir dos anos de 1990 em diversos países, no entanto, seria equivocada classificar tais iniciativas como invenções recentes (SCHMITT, 2011), pois a venda direta local de alimentos é uma atividade milenar, que foi afetada radicalmente a partir do século XX com a intensificação e a especialização agrícola, ao passo em que os agricultores passaram a trabalhar prioritariamente para abastecer as grandes redes agroindustriais (DAROLT, 2013).

Schmitt (2011) explica que os mercados locais, assim como as práticas de produção para o autoconsumo persistem nos dias atuais por estarem ligadas a laços fortemente enraizados na cultura, nos gostos, bem como no modo de vida das populações rurais e urbanas, segundo a autora “[...] tais laços figuram, inclusive, como componente-chave em um conjunto mais amplo de estratégias de reprodução econômica e social [...]” (SCHMITT, 2011 p.4).

Os estudos que relacionam mercados, agricultura familiar e desenvolvimento rural amadureceram no Brasil nos últimos anos, acarretando na publicação de diversos trabalhos em diferentes fóruns e periódicos científicos. Segundo Marques; Conterato e Schneider (2016) a temática dos mercados tem fomentado muitas pesquisas e debates acadêmicos, além de motivar um crescente interesse de estudiosos do mundo rural sobre o modo como as dinâmicas sociais e as interações econômicas influenciam-se mutuamente.

No entanto, apesar de tamanha importância deste tema, os grupos de pesquisa ligados às universidades que estudam as estratégias de abastecimento alimentares e as formas de conexão entre consumidores e produtores ainda são reduzidos. Para Marques, Conterato e Schneider (2016, p. 13) “[...] é cada vez mais profícuo discutir o desenvolvimento rural sob a ótica de sua inter-relação com a construção social dos mercados [...]”. Desse modo, este estudo justifica-se academicamente por sua relevância social e por ainda serem escassas as pesquisas que se dedicam a essas questões.

Os anseios em melhor compreender a dinâmica dos circuitos curtos de comercialização, e o desejo de aprofundamento no referencial teórico a cerca do campesinato

brasileiro despertaram no autor a necessidade de sistematizar as experiências das feiras ecológicas desenvolvidos pelos camponeses assentados em Viamão.

Através deste trabalho analisaremos uma experiência de construção de circuitos curtos de comercialização de alimentos a partir da materialidade das feiras ecológicas desenvolvidas pelas famílias camponesas assentadas no Assentamento Filhos de Sepé. Buscaremos com esse estudo compreender como uma estratégia de construção social de mercado pode influenciar na autonomia e na resistência do campesinato brasileiro enquanto sujeito social no século XXI.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Compreender a relação entre as feiras ecológicas das famílias camponesas do assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão (RS) e o processo de resistência do campesinato.

1.2.2 Específicos

- Descrever a história e a dinâmica das feiras ecológicas desenvolvidas pelos camponeses assentados em Viamão;
- Descrever as formas como se expressa a resistência do campesinato brasileiro, no caso dos assentados de Viamão;
- Analisar as principais dificuldades encontradas pelas famílias feirantes, e as possíveis alternativas vislumbradas no intuito de superá-las;
- Compreender quais as perspectivas futuras dos camponeses feirantes;

1.3 O MUNICÍPIO DE VIAMÃO

Localizado na região metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul, o município de Viamão (Figura 1) se distancia aproximadamente 25 km da cidade de Porto Alegre, capital do Estado. Segundo dados do ano de 2016, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Viamão possui uma extensão territorial de 1.497,094 km². O IBGE estima que no ano de 2017 a população do município de Viamão alcançou o número de 253.717 habitantes³.

³ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/viamao/panorama>>. Acesso em 14 de maio de 2018.

Figura 1 – O município de Viamão



Fonte: Diel, 2011.

Fundado no século XVIII, o município começou a destacar-se social e historicamente através das estâncias de criação de gado. Os grandes rebanhos de gado e cavalo existentes na região da campanha do Rio da Prata transitavam pelo território de Viamão para serem comercializados em Laguna (SC), deste modo o município acabou tornando-se um dos primeiros núcleos de povoamento do Estado (constituído por lagunenses, paulistas, escravos e portugueses). A partir do ano de 1752 o município passou a ser habitado também por colonizadores açorianos, que se instalaram em propriedades com dimensões aproximadas a 272,5 hectares por família. Viamão teve também forte influência política durante os anos de 1763 a 1773, quando o município sediou a capital do Estado gaúcho⁴.

Observa-se no município de Viamão o desenvolvimento de diversas atividades agrícolas. De acordo com Diel (2011), as principais culturas anuais encontradas no município são arroz irrigado, mandioca, milho, batata doce, batata inglesa, feijão e hortaliças. Dentre as principais culturas perenes destacam-se abacate, caqui, goiaba e nozes. Na atividade pecuária destacam-se os bovinos de corte e leite, além de ovinos, caprinos e aves.

⁴ Dados extraídos da internet. Disponível em <<http://www.viamaoantigo.com.br/historia.htm>>. Acesso em maio de 2018.

1.4 O ASSENTAMENTO FILHOS DE SEPÉ

O assentamento Filhos de Sepé (Figura 2) localiza-se no Distrito de Águas Claras, a 11 km da sede do município de Viamão e a 30 km da cidade de Porto Alegre. Os principais acessos rodoviários ao assentamento se dão através da ERS 040 – Rodovia Tapir Rocha. (DIEL, 2011).

Localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, em uma região de clima subtropical, o território do assentamento apresenta relevo predominantemente plano, abrigando áreas de várzea a banhados (INFINDHA, 2004 apud PREISS, 2013).

Figura 2 – Localização do Assentamento Filhos de Sepé, em marrom, dentro do município de Viamão.



Fonte: Diel, 2011

No período anterior a 1954 a área que hoje abriga o assentamento Filhos de Sepé até então era pertencente a Mário Azevedo. Nessa época a área era utilizada para fins de pecuária de corte, produção de arroz para o consumo, além de ser destinada também a caça esportiva no banhado. Entre 1954 e 1959 a área tornou-se propriedade da família Bopp, que além de dar continuidade a atividade pecuária de corte, desmatou grande parte da área para expandir a produção de milho e feijão. Nos anos de 1959 a 1985 a área passou a pertencer a Breno

Alcaraz Caldas, que iniciou obras de macrodrenagem no banhado a fim de ampliar o perímetro de cultivo irrigado. Neste período também foram construídos canais e estradas de ligação entre as duas extremidades da fazenda. A maior quantidade de obras de irrigação e drenagem ocorreu, porém, de 1985 a 1998 quando a área pertenceu ao dono da empresa Incobrasa Agrícola S.A., Renato Ribeiro. Através destas obras potencializou-se o cultivo de arroz e soja irrigados, que chegaram a alcançar áreas cultivadas de 1950 ha e 2500 ha com as respectivas culturas (DIEL, 2011).

De janeiro a agosto do ano de 1998 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RS) realizou um relatório de levantamento de dados na então Fazenda Santa Fé. De acordo com Diel (2011, p. 54), “[...] o “Laudo de Avaliação do Imóvel Rural” constou de uma caracterização da fazenda que incluiu um detalhamento estudado para fins de reforma agrária [...]”.

Em 23 de outubro do mesmo ano, através do decreto Estadual nº 38.971/1998 foi criada a Área de Preservação Ambiental (APA) do Banhado Grande (RIO GRANDE DO SUL, 1998 *apud* PREISS, 2013).

Ao serem assentadas, as famílias assinaram junto ao INCRA o “Contrato de Assentamento Provisório” que exige dos beneficiários o cumprimento de diversas normas em função da APA (INFINDHA, 2004 *apud* MACHADO, 2015). Dentre elas estão a proibição do corte de vegetação em área de preservação permanente (APP), e também da caça de animais silvestres e do uso de agrotóxicos e produtos transgênicos (PREISS, 2013). No ano de 2000 criou-se no perímetro do Projeto de Assentamento – PA Viamão (denominação oficial do INCRA/RS) a unidade de conservação (UC) Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos (MACHADO, 2015).

As famílias assentadas no Assentamento Filhos de Sepé são membros do MST, e, oriundas de 115 municípios do Estado, sendo na sua maioria originárias da região do Alto Uruguai. Segundo INFINDHA (2004) *apud* Diel (2011)

A história dessas famílias mostra uma grande diversidade de experiências anteriores: agricultores familiares, proprietários, meeiros e arrendatários, com experiências nas culturas de fumo, hortaliças e arroz irrigado além da pecuária leiteira e desempregados em diversas atividades (vendedores, motoristas de caminhão, frentistas, empregadas domésticas, pedreiros e serventes de obras) (INFINDHA, 2004 *apud* DIEL, 2011, p. 48).

O PA Viamão, chamado pelas famílias beneficiárias de Assentamento Filhos de Sepé, beneficiou 376 famílias que dividiram-se em quatro setores (“A”; “B”; “C” e “D”), originado

assim o maior assentamento de Reforma Agrária criado no Rio Grande do Sul, com uma área de 9.450 hectares. (PREISS, 2013).

1.5 METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada é do tipo exploratória e seguiu o método do estudo de caso, através do qual entrevistamos quatro camponeses feirantes do Assentamento Filhos de Sepé, município de Viamão (RS).

Utilizamos como critério de seleção das famílias participantes o tempo de experiência com as feiras ecológicas. Entre os quatro camponeses entrevistados, dois compõem núcleos familiares cuja experiência com as feiras ecológicas já está consolidada, e dois representam famílias que iniciaram recentemente a experiência de comercialização através de feiras ecológicas. Utilizamos este critério a fim de analisar se as famílias feirantes, com o passar do tempo fortalecem ou se afastam da condição camponesa. O critério de seleção teve como objetivo, também, compreender se as dificuldades encontradas pelas primeiras famílias feirantes do Assentamento Filhos de Sepé se assemelham àquelas que se impõem as novas famílias feirantes.

Para realizar a seleção dos entrevistados primeiramente agrupamos as famílias feirantes da seguinte maneira: (I) famílias cujas experiências com feiras vinham sendo desenvolvidas há mais de quatro anos, e (II) famílias que iniciaram as experiências com feiras há menos de quatro anos. Desta forma obtivemos dois grupos, cada qual composto por dez famílias, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Agrupamento das famílias feirantes do Assentamento Filhos de Sepé, de acordo com o tempo de experiência nas feiras ecológicas.

Famílias com experiências consolidadas nas feiras ecológicas (feirantes há mais de quatro anos)	Famílias que iniciaram recentemente a experiência nas feiras ecológicas (feirantes há menos de quatro anos)
Família “A”	Família “K”
Família “B”	Família “L”
Família “C”	Família “M”
Família “D”	Família “N”
Família “E”	Família “O”
Família “F”	Família “P”
Família “G”	Família “Q”
Família “H”	Família “R”
Família “I”	Família “S”
Família “J”	Família “T”

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Após o agrupamento das famílias foi realizado um sorteio, selecionando em cada grupo duas pessoas (cada qual membro de uma família feirante) a serem entrevistadas. As entrevistas foram orientadas a partir de um questionário semiestruturado (Apêndice “A”). As informações foram coletadas com auxílio de um gravador de áudio e foram, posteriormente, transcritas.

Entrevistamos ainda neste trabalho, dois sujeitos sociais representantes do Grupo Gestor das Hortas e Frutas da Região Metropolitana de Porto Alegre⁵ que acompanharam o processo de construção das feiras ecológicas no Assentamento Filhos de Sepé. Estas entrevistas seguiram a mesma metodologia utilizada com os camponeses, diferindo-se apenas no conteúdo das perguntas do questionário semiestruturado (Apêndice “B”).

Os dados foram analisados através de procedimento qualitativo e são apresentados em quatro seções além desta introdução, sendo: 2. Alguns apontamentos teóricos; 3. As feiras ecológicas das famílias assentadas em Viamão: histórico, dinâmica e perspectivas; 4. As famílias feirantes assentadas em Viamão e os mecanismos de expressão da resistência camponesa, e 5. Considerações finais.

⁵ O Grupo Gestor das Hortas e Frutas da Região Metropolitana é apresentado detalhadamente no item 3.2 “O GRUPO GESTOR DAS HORTAS E FRUTAS”, localizado na terceira seção deste trabalho, intitulada “AS FEIRAS ECOLÓGICAS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS”.

2 ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS

2.1 A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E SEUS IMPACTOS

Com o término da segunda guerra mundial em 1945 o campo brasileiro sofreu intensas modificações, foram adaptadas e introduzidas na agricultura tecnologias utilizadas na guerra, originando o período agrícola que ficou conhecido como Modernização Agrícola, Revolução Verde ou Modernização Conservadora. (PEREIRA, 2012).

No período que antecedeu a Modernização agrícola, a agricultura brasileira destacava-se como uma atividade tradicional, marcada majoritariamente por grandes extensões de terra (oriundas de doações do Império na forma de Sesmarias e Capitâneas Hereditárias), que dispunham basicamente de tecnologias manuais de produção. Deste modo, a expansão agrícola dependia basicamente do crescimento extensivo do uso da terra, e da força de trabalho (WANDERLEY, 2009).

Marcado pela implementação de um pacote tecnológico “modernizante” na agricultura, alicerçado em conhecimentos das áreas científicas da química, biologia e mecânica, e com a promessa de aumentar os níveis de produção e produtividade agrícola e de acabar com a fome no mundo, a Modernização Agrícola ganha maior dimensão no Brasil na década de 1960 com as novas tecnologias agrícolas trazidas dos Estados Unidos e da Europa. (PEREIRA, 2012).

Görgen (2004) afirma que a Modernização Agrícola ganhou força no Brasil após o golpe de estado de 1964. Com a tomada de poder, o governo ditatorial assume uma proposta de desenvolvimento do país através da adoção de um modelo agrícola trazido dos EUA, atraindo diversas indústrias multinacionais que aqui se instalam como é o caso da Bayer, Cargil, Massey-Ferguson, Ford, Monsanto, Basf, entre outras. Este modelo também é marcado pelo uso de mecanização intensiva, aquisição de sementes, fertilizantes sintéticos e agrotóxicos fornecidos pela indústria. A aquisição de tais insumos e equipamentos foi fomentada pelo desenvolvimento de políticas de assistência técnica, de financiamento agrícola e de incentivo a pesquisa. (PEREIRA, 2012).

Nesse período são desenvolvidas diversas estruturas para dar suporte tecnológico, científico e educacional à Modernização Agrícola, como é o caso da criação de escolas e faculdades de agronomia, veterinária e zootecnia. Surge, também, no ano de 1973, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), cuja finalidade é o desenvolvimento de pesquisas envolvendo sementes, máquinas e insumos para serem utilizadas em diferentes regiões do país. Por fim, com a finalidade de levar as novas tecnologias até os agricultores é

criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) a nível nacional, e as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs) a nível regional. (GÖRGEN, 2004).

Para fomentar todo esse processo desenvolveu-se um sistema de crédito rural altamente subsidiado, institucionalizado através da Lei nº 4829 de 05 de novembro de 1965. Investiu-se muito em mídia para propagandear a “modernização” ao mesmo tempo em que se menosprezavam as técnicas de produção agrícola utilizadas pelos agricultores até então, definindo-as como atrasadas e empecilhos ao desenvolvimento nacional. Foram criadas também grandes cooperativas de produção e comercialização especializadas em monoculturas. (GÖRGEN, 2004).

Os reflexos de todo este aparato tecnológico inserido no campo são logo notados. Grandes extensões monocultoras passaram a dominar a paisagem rural, muitos agricultores abandonam seus conhecimentos e técnicas convencionais de produção, a agricultura torna-se altamente dependente da indústria, que passa a ficar com parte da renda agrícola, o financiamento agrícola, direcionado a médios e grandes proprietários, faz com que muitos pequenos agricultores se vejam endividados e/ou excluídos da atividade agrícola, deste modo, abandonam a agricultura e partem para as cidades, criando mão-de-obra barata para as indústrias ao mesmo tempo em que a concentração de terra aumenta no campo. De acordo com Wanderley (2009, p.37),

[...] o processo de modernização resultou na expulsão da grande maioria dos trabalhadores não proprietários de suas terras [...], a empresa rural tornou-se o único modelo proposto para toda a atividade agrícola, ao mesmo tempo em que a condição de (grande) proprietário foi confirmada como a via de acesso aos benefícios das políticas públicas então implementadas.

Durante a década de 1990 a agricultura brasileira depara-se com uma profunda crise econômica e com um intenso desequilíbrio ambiental, que se manifestava através da perda de fertilidade dos solos, do aumento na incidência de pragas, doenças e plantas espontâneas, que, mostraram-se cada vez mais resistentes aos agrotóxicos. Com o objetivo de superar tais dificuldades emergem então, neste período, novas técnicas e produtos, como a intensificação no uso e o surgimento de novos agrotóxicos, a adoção de técnicas como o plantio direto na palha, terraceamento, e rotação de culturas. A informática através do Sistema de Posicionamento Global (GPS, da sigla em inglês) passa a ser inserida na atividade agrícola, exigindo maior especialização e profissionalização dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que aumenta a necessidade de novos investimentos para acompanhar a modernização. (GÖRGEN, 2004).

Através da modernização agrícola o mercado internacional vai ganhando papel de destaque na agricultura, ele passa a ditar as regras dos preços de insumos e da produção agrícola, acarretando em aumentos de custos e redução dos lucros dos produtores. Em 1996 e 1997 surgem a Lei de Patentes e a Lei de Cultivares, que regulamentam o pagamento de royalties pelos produtores pelo uso de sementes e animais melhorados pela indústria. (GÖRGEN, 2004).

Marcado pela inserção de novos insumos e tecnologias ligados à biologia, mecânica, geoprocessamento e informática, no início dos anos 2000 a agricultura brasileira sofre novas alterações. De acordo com Görgen (2004) sob o horizonte da redução do uso de agrotóxicos, desenvolvimento de organismos resistentes, e aumento de produtividade surgem neste período às plantas transgênicas, desenvolvidas a partir de alterações no DNA. As alterações genéticas desenvolvem também animais geneticamente modificados.

A Modernização Agrícola significou um processo de alterações profundas no espaço rural brasileiro, expressas através da alteração da base tecnológica da produção agrícola, impactando nas relações sociais e ambientais. Para Petersen (2009) a Modernização Agrícola induziu processos de especialização, disseminando o empreendedorismo baseado na economia em escala, gerando uma agricultura intensamente dependente de insumos comerciais e subordinada a grandes complexos agroindustriais que dominam os mercados de produtos.

As transformações acarretadas pela Modernização Agrícola foram determinantes para salvar a propriedade patronal, que desde a colonização europeia predomina nas paisagens rurais brasileiras. O agronegócio expressa atualmente essa antiga agricultura patronal monocultora, através de uma versão mais acabada de um estilo de desenvolvimento orientado de fora pra dentro das propriedades, que apresenta como traço mais característico uma racionalidade econômica movida pelas expectativas de recuperação rápida do capital investido, em detrimento de quaisquer preocupações com o bem estar social e com a integridade do meio ambiente. (PETERSEN, 2009).

Petersen (2009), afirma também que uma parcela significativa da agricultura familiar tem assimilado essa lógica técnico-econômica do agronegócio, perdendo muito de sua natureza camponesa, configurando um modo de produção familiar empresarial. Em contrapartida, nota-se que parte do campesinato vem desenvolvendo alternativas que visam à resistência e o enfrentamento a este modelo agrícola hegemônico e aos impactos sociais que o acompanham.

2.2 O CAMPESINATO E SEUS MECANISMOS DE RESISTÊNCIA

O meio rural brasileiro é um espaço extremamente complexo e heterogêneo, reflexo dos diversos mecanismos e estratégias de respostas construídas pelos agricultores para enfrentar as inúmeras alterações que ocorrem ao longo do tempo e impactam diretamente sobre a dinâmica agrícola de nosso país. Alterações estas, intensificadas a partir da implantação do pacote tecnológico da modernização agrícola (como se buscou demonstrar anteriormente).

Ploeg (2008) agrupa a diversidade social encontrada no campo em três tipos distintos de fazer agricultura, o modo camponês, a agricultura empresarial e a agricultura capitalista. Estes grupos não são claramente delimitados, de modo que existe um constante movimento de influxo e refluxo entre eles.

Até o século XVIII o campesinato se apresentava como um elemento evidente na sociedade de modo que não suscitava qualquer questionamento quanto a sua materialidade e seu papel social. As grandes transformações sociais, econômicas, técnicas e culturais que ocorreram no campo com a emergência do capitalismo motivaram o surgimento e a evolução de um complexo corpo teórico nas ciências sociais agrárias, deste modo, a agricultura camponesa passou a ser analisada como um obstáculo ao progresso e a modernidade por algumas correntes teóricas liberais e marxistas. Um dos principais reflexos dessas concepções atualmente são a má compreensão e a pequena valorização da agricultura camponesa como esteio do desenvolvimento rural. (PETERSEN, 2013). Para Menezes e Malagodi (2011, p. 50):

[...] essa visão coloca-os [os camponeses] como indivíduos subordinados em uma situação de dominação econômica, política e cultural. Deste modo, eles acabam sendo colocados em uma posição de fragilidade ou até mesmo determinados por uma impossibilidade de agir sobre suas próprias vidas.

Para uma melhor compreensão do papel dos camponeses na sociedade é preciso tomar estes indivíduos enquanto sujeitos sociais ativos ou atores sociais na construção dos processos em que estão envolvidos. De acordo com Menezes e Malagodi (2011, p. 51) “[...] os atores sociais não apenas respondem a pressões e impulsos sociais determinados externamente, mas são participantes e sujeitos de um processo de construção e mudança social [...]”.

De acordo com Stédile (2005) o campesinato iniciou sua constituição na sociedade brasileira no período pós-escravidão (1888-1930), basicamente a partir de duas vertentes: 1) da migração de camponeses pobres da Europa, e; 2) do surgimento do camponês sertanejo, que eram os mestiços pobres que, a partir da Lei de Terras de 1850 foram excluídos do acesso

a terra e adentraram as regiões interioranas de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro em busca de terras públicas que não estivessem ocupadas.

O campesinato brasileiro, bem como a nível mundial é extremamente diversificado, desse modo não é possível definir a existência de um modelo homogêneo, ou de uma única forma camponesa de fazer agricultura. Para Wanderley (2004, apud Wanderley 2009) o campesinato tem por base a unidade de produção gerida pela família, cuja expressão se dá a partir das práticas sociais observadas no interior das famílias. Tais práticas orientam uma lógica de funcionamento específico das unidades de produção, promovendo uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, onde a centralidade da produção está voltada para a reprodução da família.

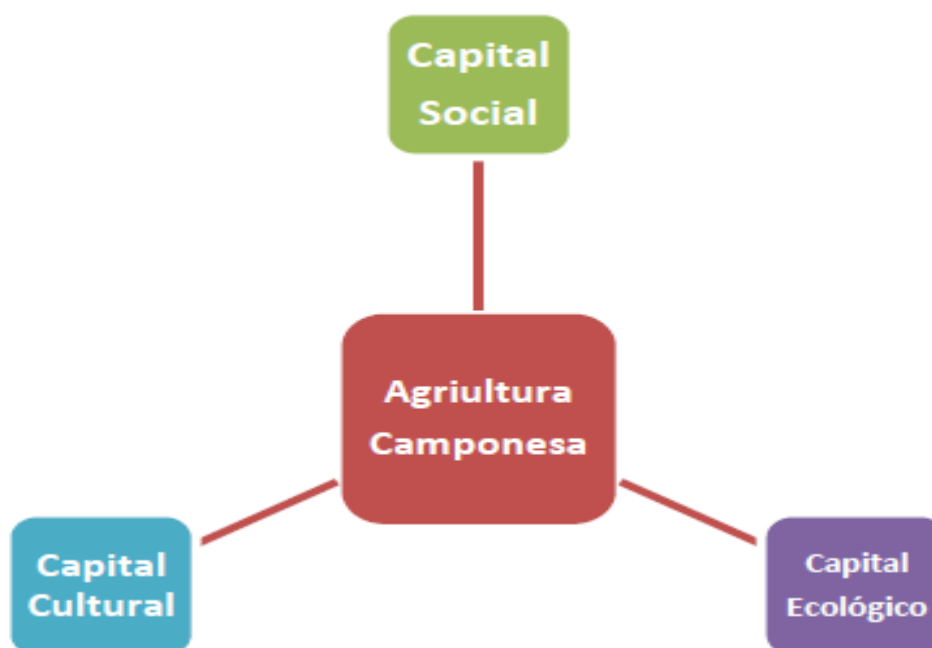
O campesinato não pode ser entendido exclusivamente pelos níveis econômicos e produtivos. Ploeg (2008) caracteriza a agricultura camponesa como um tipo de agricultura que se orienta para a defesa e melhoria das condições de vida dos camponeses. Segundo este mesmo autor,

[...] Uma das principais características desse tipo de agricultura é, muitas vezes, a multifuncionalidade, sendo a mão de obra fundamentalmente familiar [...] e pertencendo as terras e outros meios de produção essenciais também a família. A produção é orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família. (p. 17).

Ploeg (2008) afirma ainda que a produção para o autoconsumo orienta a dinâmica produtiva das famílias camponesas, fundamentando uma grande variedade de arranjos técnicos, sociais e morais. Existe uma zona defensiva em torno destes arranjos, no qual os riscos são evitados, porém, fora dela, é possível encontrar o prevalecimento da lógica capitalista de lucro. Menezes e Malagodi (2011, p. 58) afirmam que o autoconsumo se fundamenta no princípio de segurança em primeiro lugar. Segundo os autores este princípio, porém, “[...] não nega o fato deles [camponeses] fazerem inovações em suas técnicas e comportamentos, tais como experimentar novas sementes, novas técnicas de produção e relações com o mercado [...]”.

O modo camponês de fazer agricultura é determinado pela condição camponesa, que está ligada as lutas por autonomia e por progresso, que se expressam no campo através de um ambiente de dependência, privações e marginalização enfrentada por estes sujeitos, que num movimento de resistência evoluem e transformam-se ao longo do tempo (PLOEG 2009). Ploeg (2008) destaca que a agricultura camponesa está enraizada em três fundamentos principais: o capital ecológico, o capital social e o capital cultural, conforme Figura 3.

Figura 3 – Fundamentos da Agricultura Camponesa



Fonte: Adaptado de Ploeg, 2008.

O capital ecológico visa o fortalecimento das conversões da natureza viva em alimentos, ou seja, ele atua como uma contratendência a estrutura agrícola modernizante, que aniquilou na agricultura a centralidade da natureza, tornando-a cada vez mais dependente de fatores de crescimento artificiais, e, por conseguinte, do capital industrial e financeiro. (PLOEG 2008, p. 304).

Segundo este autor, o capital social refere-se:

[...] às redes disponíveis, aos valores partilhados, as experiências e o conhecimento acumulado, a combinação de confiança com a desconfiança e a capacidade de resolver conflitos internos, de participar de processos de aprendizagem e de adquirir uma visão clara do seu próprio papel nas sociedades de hoje. (PLOEG 2008, p. 304).

Esses componentes são usados pelos camponeses para retomar o controle sobre a organização e o desenvolvimento da agricultura como uma prática social complexa. (PLOEG 2008).

As inter-relações entre produtores e consumidores de alimentos ao longo das últimas décadas passaram a ser controladas pelas indústrias de processamento de alimentos e pelos grandes grupos varejistas. “Em conjunto, essas indústrias e varejistas reorganizaram o comércio de produtos agrícolas, criando um mercado completamente anônimo em que a origem e o destino dos alimentos já não importam”, (RITZER, 1993 apud PLOEG, 2008, p.

305). O autor destaca ainda, que este quadro resultou no surgimento de produtos alimentares com identidades adulteradas através de imitações desenvolvidas pela indústria.

O campesinato, por sua vez, na busca pelo enfrentamento a este quadro tende a desenvolver o capital cultural, que “[...] implica a emergência de circuitos que ligam produtores específicos e lugares de produção específicos a consumidores específicos” (PLOEG, 2008, p. 305). Ele está enraizado em práticas locais, passíveis de serem conhecidas. Através do capital cultural “a origem, qualidade, autenticidade, frescor e especificidade dos produtos e dos modos de produção, processamento e comercialização associados são claramente articulados para atrair consumidores e para transmitir a distinção implícita nos alimentos [...]”. (PLOEG, 2008, p. 305).

Dentre as características fundamentais que definem a condição camponesa, destaca-se a coprodução com a natureza, visando à construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios, assim como a pluriatividade e a cooperação que possibilitam uma relação diferenciada com os mercados. Desta forma o campesinato busca construir um projeto de sobrevivência e resistência que garanta a reprodução da unidade familiar (PLOEG, 2008).

De acordo com Ploeg (2008, p. 286):

[...] A hegemonia crescente do Império⁶ como princípio orientador da sociedade implica na reconstituição do campesinato como um fenômeno que atravessa, em vários aspectos, as fronteiras do campesinato que conhecemos no passado. O Império muda progressivamente o contexto em que os campesinatos de hoje estão imersos: ele se articula com esses campesinatos como uma negação radical de sua própria existência.

Resultante deste quadro, percebemos na sociedade moderna (em que predomina a hegemonia do Império) o desencadeamento de uma série de contradições e confrontos entre o Império e o campesinato. Ploeg (2008) afirma que os camponeses resistem e enfrentam estas contradições através do fortalecimento do princípio camponês. De acordo com o autor

O princípio camponês é uma noção emancipatória. Ele representa os potenciais implícitos no campesinato – potenciais que estão atualmente sendo bloqueados pelo Império, mas que, ao mesmo tempo são (re)ativados por ele. Assim o princípio camponês se refere igualmente ao poder de contraposição subjacente ao campesinato. (PLOEG, 2008, p. 286)

Para compreendermos o princípio camponês é necessário “compreender o engajamento na condição camponesa como um fluxo ao longo do tempo que envolve a promessa de um caminho futuro”. (PLOEG, 2008, p. 299).

⁶ O império é aqui entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. Ao mesmo tempo, o Império é personificado por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc. (PLOEG, 2008, p. 20).

O princípio camponês refere-se a um modo de vida. Entretanto, ao mesmo tempo em que o princípio camponês está enraizado na condição camponesa, ele a ultrapassa. O princípio camponês mantém a esperança mesmo quando as circunstâncias diretas implicam privação e desespero.

A esperança de que, através do trabalho, da cooperação e de ações conjuntas e/ou lutas abertas, o progresso pode ser construído. [...] Ele também contribui para a resistência camponesa, para a resiliência do campesinato e para as lutas físicas nos campos, estábulos e currais – lutas que visam forjar algum progresso. Em suma, o princípio camponês consiste em enfrentar e superar as dificuldades para construir as condições que permitem a condição de agente. Ele também pode ser visto como a condição camponesa projetada no futuro. [...] o princípio camponês cria caminhos para o futuro. Ele também diz respeito a subjetividade [...]. Ele salienta o valor e a satisfação de trabalhar com a natureza viva, de ser relativamente independente, da artesanalidade e o orgulho relativamente ao que foi construído. (PLOEG, 2008, p. 299).

Para Ploeg (2008) apesar da resistência camponesa se expressar através de lutas abertas (manifestações, bloqueios de estrada, marchas e ocupações) ela não se resume apenas, nem se expressa primeiramente através desses atos. O autor afirma que existe um campo de ação muito mais vasto e importante através do qual é materializada a resistência. Ela se expressa nas ações produtivas, quando um camponês produz localmente seu próprio fertilizante, suas sementes e até mesmo medicamentos para tratar seus animais.

O autor destaca ainda que a resistência camponesa é marcada pela socialização e continuidade dos conhecimentos empíricos e das técnicas produtivas que passam de geração a geração, ou seja, mesmo que adote práticas industriais ou modernas, o campesinato busca manter e reproduzir seus conhecimentos e técnicas tradicionais.

A relação de proteção para com os recursos naturais como o solo e água, também expressam a resistência do campesinato, pois os recursos naturais são constituintes dos pilares da agricultura camponesa, através deles o campesinato busca autonomia para garantir suas condições de reprodução social (PLOEG, 2008).

Ploeg (2008) destaca ainda, que, o campesinato, mesmo que se relacione com alguns mercados buscando comercializar parte de sua produção, tende a apresentar uma agricultura artesanal, distanciando-se da especialização, ao mesmo tempo em que busca o autocontrole sobre os recursos produtivos (terra, sementes, máquinas, etc.) através de mecanismos como a coprodução entre ser humano e natureza, desta forma distancia-se da dependência dos mercados e da pressão do projeto dominante de modernização.

Em plena era da globalização, expressa através de uma situação de dependência da agricultura para com a indústria, os camponeses são capazes de construir espaços alternativos

de comercialização, aproximando-se dos consumidores locais, afastando e até mesmo excluindo intermediários das relações de troca. Ploeg (2008) considera que o fato do agricultor camponês estabelecer uma relação com o mercado não significa que ele perderá sua autonomia, pelo contrário, o autor entende isso como uma forma do campesinato adaptar-se a realidade da sociedade moderna no intuito de manter seus princípios.

A diversificação e a comercialização direta da produção agrícola através de pequenos grupos (cooperativas, associações) “[...] induzem a uma intensificação e a uma diversificação das atividades produtivas nas unidades de produção [...]” (ALMEIDA, 1999, p. 155). Para este autor tais iniciativas são compreendidas como estratégias adotadas pelos camponeses na busca da autonomia.

Almeida (1999, p.156) afirma ainda, que os mecanismos de associação e cooperação desenvolvidos pelos camponeses não remetem apenas a estratégias comerciais, eles podem ser desenvolvidos no intuito de enfrentar outras dificuldades ligadas à produção, como a aquisição de insumos e a discussão técnica, deste modo constituem um sistema legítimo de “[...] solidariedade e de identidade [...]”.

As ações os mecanismos desenvolvidos pelo campesinato como expressões de sua resistência manifestam nestes sujeitos a busca por uma melhor qualidade de vida, englobando as dimensões social, econômica e física.

A dimensão social envolve a coesão social e as redes sociais que ligam as pessoas e que lhes permitem compreender sua própria situação. [...] A dimensão econômica diz respeito à disponibilidade e qualidade de serviços e de atividades produtivas. A dimensão física é centrada, entre outras coisas, na paisagem, em suas qualidades, acessibilidades e na capacidade de mantê-la. (PLOEG 2008 p. 186-187).

Em suma, a resistência do campesinato expressa à busca desses sujeitos por uma melhora na qualidade de vida para sua família, principalmente para seus filhos, buscando ampliar sua autonomia, desenvolvendo modelos agrícolas que aproximam ser humano e natureza. Ou seja, a qualidade de vida camponesa conduz a modos de vida que são impossíveis de ser estabelecidos através de modelos agrícolas especializados e dependentes, assim como são impossíveis de ser reproduzidos no meio urbano. (PLOEG, 2008).

2.3 NOÇÕES SOBRE MERCADOS

Em algumas ocasiões, em nossa sociedade o mercado é compreendido como uma entidade abstrata, portadora de valores e motivações próprias. Por outro lado, algumas pessoas possuem a noção de que o mercado é um espaço físico concreto, onde ocorrem diversas

interações, sejam elas compras, vendas, trocas, diálogos e negociações. (MARQUES; CONTERATO; SCHNEIDER, 2016).

Independente do entendimento, os mercados são construídos por indivíduos e grupos sociais, eles possuem extrema importância na vida das pessoas, e contribuem para a definição de amplas esferas da organização política, social e cultural das sociedades. Deste modo, os mercados podem ser compreendidos como um fenômeno sociológico, caracterizado como um processo de interação social, que mobiliza atores e agentes interessados em trocar produtos e mercadorias, sendo assim, eles podem ser alterados ou organizados segundo o sentido e/ou o interesse dos atores e agentes que desenvolvem estas relações. (MARQUES; CONTERATO; SCHNEIDER, 2016).

No caso dos mercados, a venda direta de produtos locais para alimentação sofreu uma transformação radical a partir do século XX com a intensificação e a especialização da agricultura, quando os agricultores passaram a direcionar suas atividades agrícolas para o fornecimento de matéria-prima às grandes redes agroindustriais. (DAROLT, 2013). Desde então, os processos de produção, circulação e consumo de alimentos veem-se cada vez mais submetidos aos interesses, normas e necessidades dos atores globais, que, expressam-se através do mercado mundial, cuja lógica tende a distanciar produtores e consumidores. Estes, no momento em que realizam compras em um supermercado, pouco ou nada conhecem sobre a atividade agrícola e sobre as pessoas envolvidas no processo produtivo dos alimentos adquiridos. Os agricultores, por sua vez, dificilmente dialogam com o consumidor final, e se limitam a interagir com bancos, fornecedores, comerciantes e representantes de empresas. (PLOEG, 2016).

No que tange a agricultura familiar, percebemos que os mercados participam dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas das Unidades de Produção familiares, influenciando sobre a vida das pessoas, seus valores e sua cultura, podendo até mesmo apresentar-se como geradores ou condicionantes de conflitos e disputas. (MARQUES; CONTERATO; SCHNEIDER, 2016). Schneider (2016) propõe a tipificação e o agrupamento de quatro tipos de mercados em que os agricultores familiares se inserem (Quadro 2).

Quadro 2 – Tipos de mercados da agricultura familiar

Tipos de Mercados	Principais características
Mercados de proximidade	Predomínio de relações recíprocas e interpessoais de troca, onde os aspectos valorativos e a qualidade dos bens trocados possuem maior importância do que propriamente o lucro. Estes mercados tendem a apresentar trocas diretas, e a distribuição dos produtos ocorre com um deslocamento físico mais restrito possível, possibilitando aos agricultores uma autonomia relativa. As iniciativas de economia solidária são exemplos práticos destes mercados.
Mercados locais e territoriais	Trocas monetizadas e orientadas pela lógica de oferta e demanda. Apesar de resguardar alguns valores dos mercados de proximidade, como a confiança, a cooperação e a reciprocidade, eles configuram-se pela economia mercantil. Pode existir nestes mercados a figura do atravessador, deste modo, a distribuição e circulação de mercadorias e produtos deixa de ser feita diretamente por quem produz. Como exemplos destes mercados destacam-se as feiras locais e os espaços públicos de venda.
Mercados convencionais	São orientados a partir da lógica de oferta e demanda e comandados por poderosos agentes privados. Caracterizam-se também, pela negociação de bens, produtos e mercadorias em diversos níveis e modos, cujo objetivo central é a obtenção do lucro. O campo de atuação destes mercados ganha dimensões de distribuição nacionais e até mesmo globais. A quantidade de intermediários é ampliada significativamente comparada aos ‘mercados locais e territoriais’, de modo que as transações são geralmente regidas por contratos, constituindo um alto grau de vulnerabilidade aos agricultores.
Mercados públicos e institucionais	Nestes espaços de trocas, o Estado, outro organismo público ou ainda alguma organização pública não governamental apresentam-se como principais agentes. Os preços executados tendem a ser mais elevados que os dos convencionais. Em geral estes mercados são altamente regulamentados e controlados através de leis, o que diminui os riscos por parte dos agricultores.

Fonte: Adaptado de Schneider, 2016.

Schmitt (2011) por sua vez, lança mão da categoria dos circuitos curtos de comercialização, apresentando como exemplos desta: as vendas de porta em porta; comercialização de produtos ecológicos ou regionais nas feiras pelos próprios agricultores; pequenas agroindústrias familiares; hortas comunitárias; cooperativas de consumo; redes informais de troca e comercialização de produtos entre vizinhos, e também a; distribuição de produtos da agricultura familiar para escolas e programas sociais através de mercados institucionais.

De acordo com Darolt (2013) os circuitos curtos podem ser divididos como venda direta (quando o produtor entrega em mãos próprias a mercadoria ao consumidor) e como venda via um único intermediário (que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até mesmo um pequeno supermercado local).

Os circuitos curtos de comercialização proporcionam maior autonomia para os agricultores envolvidos, pois, através destes mercados, eles têm a possibilidade de definir épocas e variedades que serão cultivadas, diferente do que acontece nos circuitos longos, onde geralmente o agricultor está subordinado a empresas que controlam o que, quando e como produzir. (DAROLT, 2013).

Para Mundler (2008 apud Darolt, 2013) os circuitos curtos combinados com a agricultura ecológica impactam positivamente em diferentes dimensões, como na economia local (gerando oportunidades de trabalho e renda), na dimensão social (aproximando produtores e consumidores), e também na dimensão ambiental (valorizando recursos naturais).

3 AS FEIRAS ECOLÓGICAS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM VIAMÃO: CONSTITUIÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DINÂMICA DAS FAMÍLIAS

Neste capítulo apresentaremos os resultados obtidos através da pesquisa empírica e bibliográfica a respeito do histórico da constituição das feiras ecológicas das famílias assentadas em Viamão.

Propomo-nos a apresentar ainda, a dinâmica das quatro famílias feirantes participantes deste estudo de caso e, por fim, apresentaremos o Grupo Gestor das Hortas e Frutas da Região Metropolitana, coletivo criado para fomentar a comercialização agrícola das famílias assentadas.

3.1 AS FEIRAS ECOLÓGICAS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

Segundo Machado, Dalenogare e Bedende (2013) no ano de 2010 um grupo composto por aproximadamente 15 famílias assentadas no Assentamento Filhos de Sepé iniciou o processo de constituição das feiras ecológicas, buscando através destas, uma forma de autosustento e de geração de renda. A atividade permitiu a construção de um canal de comercialização direta entre produtores e consumidores.

As primeiras feiras foram realizadas no centro do município de Viamão e no distrito de Águas Claras, onde as famílias comercializavam diversas hortaliças produzidas em sistema de produção orgânico. Em meados de 2011 com o apoio de estudantes e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) o grupo instalou uma feira de produtos orgânicos no Campus Centro da respectiva universidade, e, no ano de 2012 o grupo abriu na UFRGS Campus do Vale uma nova frente de trabalho (MACHADO; DALENOGARE; BEDENDE, 2013).

As famílias feirantes na sua maior parte, trabalham individualmente em suas Unidades de Produção (UP), e organizam-se em torno do Grupo Gestor das Hortas e Frutas da região Metropolitana de Porto Alegre. Por meio deste, no ano de 2012 as famílias deram início ao processo de certificação orgânica participativa de suas UPs, através do mecanismo de Organização de Controle Social (OCS)⁷, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Cooperativa Central dos Assentados do Rio Grande do Sul (COCEARGS). Em maio de 2013, após constituírem um grupo de OCS e adequarem-se as

⁷ Organização de controle social: grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade. (BRASIL, DECRETO Nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007, TÍTULO I, CAPÍTULO I, Art. 2º, parágrafo VIII).

normativas de produção orgânica as famílias receberam o certificado de produtores orgânicos do MAPA. (MACHADO; DALENOGARE; BEDENDE, 2013).

Atualmente o número de famílias assentadas envolvidas nas feiras ecológicas ampliou, e hoje vinte famílias dedicam-se a comercialização em feiras, as quais majoritariamente são realizadas (de forma individual ou coletiva) na cidade de Porto Alegre.

A seguir apresentamos a experiência de quatro famílias feirantes do Assentamento Filhos de Sepé, buscando compreender a dinâmica destas famílias, e o caminho percorrido por elas na construção dos espaços de comercialização em que estão inseridas.

3.1.1 Família 01

O núcleo familiar da “Família 01” é composto por oito pessoas, sendo o casal, três filhos e mais três pessoas, estando todas diretamente envolvidas nas atividades produtivas da Unidade de Produção (UP). Ainda analisando a origem da força de trabalho, destaca-se que a família realiza eventualmente troca de serviços com um vizinho assentado, além de cultivar de forma coletiva pequenas áreas agrícolas com esta pessoa.

A Família 01 é uma das pioneiras na comercialização em feiras no assentamento, iniciando tal atividade entre os anos de 2010 e 2011. Atualmente a família comercializa frutas, verduras, doces, geleias e panifícios (produzidos na própria UP) em quatro diferentes espaços de feiras, cada qual com frequência semanal, sendo uma feira realizada na cidade de Viamão e as demais na cidade de Porto Alegre.

Já nos primeiros anos de criação do assentamento a família passou a comercializar alguns produtos com pessoas conhecidas na cidade de Viamão. A iniciativa de buscar a comercialização em feiras por sua vez, surgiu a partir das discussões de um grupo de mulheres assentadas, que vislumbrou nesta atividade um potencial de combinar uma fonte frequente de renda com o escoamento da produção das UPs.

A família participa de um grupo de certificação orgânica composto por cinco famílias assentadas, deste modo, a produção agrícola da família possui certificado orgânico a partir de Organização de Controle Social – OCS. A participação no grupo de certificação além de ser uma ferramenta que dá garantias legais aos consumidores sobre a procedência dos alimentos comercializados é uma ferramenta que auxilia, segundo a família, no planejamento agrícola da UP, pois exige dos agricultores o controle e registro de todas as atividades agrícolas no caderno de campo.

A família possui veículo próprio para transportar a produção até as feiras. A logística é realizada de forma coletiva, onde os custos são divididos com outras famílias feirantes.

Além das feiras, a família possui outras fontes de renda. A produção é comercializada também através de duas experiências de cestas de alimentos entregues diretamente a consumidores, sendo uma delas organizada através de um grupo de consumo coletivo e outra através de um aplicativo digital. A família possui também uma fonte de renda secundária, não agrícola, onde alguns membros do núcleo familiar eventualmente preparam alimentação para eventos, fora dos limites do assentamento.

A família participa de diversos coletivos com diferentes finalidades. Além do grupo de mulheres e do grupo de certificação, a família está inserida em um grupo de consumo coletivo, o qual além de compor a renda familiar tem a finalidade de articular encontros (a cada dois meses) entre agricultores e consumidores visando à troca de experiências entre estes sujeitos. Destaca-se ainda que a família é associada à Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da região de Porto Alegre (COOTAP), e está inserida no Grupo Gestor das Hortas e Frutas.

3.1.2 Família 02

A Família 02 é composta por cinco pessoas, sendo o casal e três filhos. Dois dos seus filhos dedicam apenas tempo parcial as atividades da UP, pois estudam fora da cidade de Viamão, e passam por um período de aproximadamente seis meses a cada ano fora da Unidade de Produção, sendo assim, a família realiza a contratação de um funcionário que trabalha em tempo integral juntamente com o casal e o outro filho nas atividades.

Desde a chegada no assentamento a família dedicava-se ao cultivo de arroz irrigado em sistema pré-germinado convencional, quando, no ano de 2010 a família realizou sua primeira feira. Desde então, o número de feiras ampliou significativamente, e, nos dias atuais a família realiza semanalmente seis feiras ecológicas na cidade de Porto Alegre. Destas feiras, duas são realizadas individualmente pela família e quatro são realizadas em conjunto com outras famílias assentadas.

A produção da família é bastante diversificada, o entrevistado afirma que na UP produz-se “[...] fruta, verduras, legumes, alface, rúcula, tempero, couve, [...] algum tempero diferenciado, tomate, milho, moranga, e vários outros [alimentos]”. (ENTREVISTADO 02, 2018). Destaca-se também que a família possui certificado de produção orgânica, que se deu

via OCS até o ano de 2017, quando passou a se dar via Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC)⁸.

A família possui transporte próprio para a realização da logística até as feiras. O entrevistado relata que nas feiras realizadas coletivamente a logística se dá em grupo, onde uma família realiza o transporte da produção de todas as demais que compõe o grupo. Estas por sua vez contribuem com uma porcentagem sobre as vendas, dividindo assim os custos com combustível e manutenção dos veículos.

A fim de ampliar a diversidade de itens ofertados aos clientes, além de sua produção agrícola a família comercializa nas feiras alguns alimentos adquiridos de outros produtores, como farinhas, grãos, frutas e olerícolas.

Apesar das feiras ecológicas serem a principal fonte de renda da família o entrevistado afirma que a produção da UP também é comercializada em mercados, escolas infantis, restaurantes, através de cestas coletivas, além de um Centro de Estudos Budistas.

Os recursos monetários investidos na produção pela família possuem origem na venda dos alimentos, sendo assim, a família não busca nenhum tipo de financiamento externo para sua produção.

A família 02 participa de três coletivos ligados às feiras ecológicas, sendo o Grupo Gestor das Hortas e Frutas, o grupo de certificação orgânica e o grupo de mulheres. Ainda se tratando de organizações coletivas, destaca-se que a Família 02 é associada à COOTAP, à Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COPERAV), e que são membros da associação de moradores do assentamento, que é responsável pela gestão de uma rede hidráulica que oferta água potável as famílias assentadas.

3.1.3 Família 03

Constituída por três pessoas (o casal e uma filha), a Família 03 iniciou sua experiência com feiras no ano de 2017, através de um espaço de feira (na cidade de Porto Alegre) disponibilizado por um vizinho assentado feirante.

Das pessoas que compõe o núcleo familiar apenas o casal dedica-se em tempo integral para as atividades relacionadas a produção e comercialização de olerícolas em geral.

⁸ Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC): é uma organização que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades desenvolvidas num Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG), constituindo na sua estrutura organizacional uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos, ambos compostos por representantes dos membros de cada SPG. (BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, IN nº 19, de 28 de maio de 2009, ANEXO I, Art. 2º, parágrafo VIII).

Antes de dedicar-se as feiras, as fontes de renda da família tinham origem na criação de gado leiteiro, e também em uma fonte de renda não agrícola, onde o patriarca trabalhava eventualmente na logística para uma família assentada feirante.

Diferente das demais famílias entrevistadas neste trabalho, a Família 03 realiza suas feiras individualmente. A família conta com transporte próprio para a logística das duas feiras ecológicas que realizam semanalmente em dois diferentes espaços localizados na cidade de Porto Alegre.

Recentemente a família conquistou o certificado de produtores orgânicos via OPAC, o que possibilita ofertar a seus clientes alimentos orgânicos com procedência garantida. O entrevistado destaca que a produção agrícola da família é destinada tanto para o consumo da família quanto para as vendas. Além da produção agrícola da família, são comercializados nas feiras também alguns produtos orgânicos adquiridos de outros agricultores familiares, como geleias, doces, farinhas e cereais.

Nos trabalhos desenvolvidos na UP emprega-se majoritariamente mão-de-obra familiar, e, eventualmente a família realiza contratação de hora-máquina para trabalhos em sua UP, estes serviços são prestados pela COOTAP (cooperativa na qual a família é associada).

Destaca-se ainda que a família não busca nenhuma espécie de financiamento para custear a produção agrícola, sendo que os recursos investidos na produção são oriundos das próprias feiras.

Mesmo que trabalhe individualmente em sua UP, e que realize suas feiras individualmente, a família 03 está inserida em alguns espaços coletivos de discussão e de troca de experiências a cerca das atividades agrícolas e de comercialização, como é o caso do Grupo Gestor das Hortas e Frutas, da COOTAP e também do grupo de certificação orgânica via OPAC.

3.1.4 Família 04

A Família 04 é composta por sete pessoas, sendo o entrevistado, seu pai, sua esposa e quatro filhos. Todas as pessoas que compõe o núcleo familiar envolvem-se diretamente nas atividades agrícolas da UP.

Esta família iniciou recentemente a experiência de comercialização em feiras, realizando sua primeira feira a menos de um ano. O entrevistado destaca que antes das feiras, a principal fonte de renda da família era não agrícola e resumia-se basicamente ao salário que este recebia pelo trabalho que desenvolvia como açougueiro em comércios da região.

A família vislumbrou nas feiras ecológicas a possibilidade de obter uma renda exclusivamente agrícola, deste modo, no ano de 2017 decidiu buscar um espaço de comercialização para dar início a esta atividade. No mesmo período, a família deu início ao processo de certificação orgânica (via OPAC) de sua Unidade de Produção. O certificado foi conquistado ainda neste ano, através da participação de um grupo de certificação composto por cinco famílias.

A renda da família origina-se exclusivamente nas feiras ecológicas. Atualmente a família comercializa sua produção juntamente com outras quatro famílias assentadas em quatro diferentes locais, na cidade de Porto Alegre. Nestas feiras, a família oferta semanalmente a seus clientes hortaliças, tubérculos, frutas e grãos.

Segundo o entrevistado, os consumidores das feiras exigem diversidade de produtos, demandando à família a realização de um planejamento das atividades agrícolas, que é realizado conjuntamente com as demais famílias componentes de um grupo feirante. Destaca-se ainda, que a fim de aumentar a diversidade de itens ofertados nas feiras, o grupo adquire alguns produtos orgânicos de famílias não assentadas.

Entre os itens comercializados nas feiras pela Família 04 destaca-se ainda o aipim higienizado, que é produzido pela família e processado por uma agroindústria de processamento de vegetais (gerenciada pela COOTAP) localizada no município de Nova Santa Rita (RS).

A família conta com um veículo próprio para transportar os alimentos até as feiras. A logística é realizada de forma coletiva, onde um só veículo recolhe a produção de todos os integrantes do grupo e desloca-se até os locais de feiras, desta forma tem-se um barateamento nos custos com transporte, que são divididos com as demais famílias feirantes.

A produção da família é custeada na sua totalidade com recursos próprios, oriundos da comercialização da produção agrícola através das feiras.

Além do grupo de famílias feirantes, que tem como principal finalidade a constituição de um espaço de planejamento e articulação das feiras, a Família 04 participa de um grupo de certificação orgânica, do Grupo Gestor das Hortas e Frutas e é associada junto à cooperativa COOTAP, e a uma associação de moradores.

3.2 O GRUPO GESTOR DAS HORTAS E FRUTAS

O Grupo Gestor das Hortas e Frutas (GGHF) surgiu a partir de uma iniciativa do MST e da COOTAP a cerca do quadro crescente de famílias assentadas na região de Porto Alegre que passaram a dedicar-se a olericultura (principalmente a partir do ano de 2005), e, mais do

que isso, o MST e a cooperativa perceberam que as hortas representavam um importante espaço de participação ativa das mulheres assentadas.

A partir deste quadro constituiu-se no ano de 2008 o GGHF, que trouxe consigo os seguintes objetivos: 1) constituição de um novo espaço de participação das famílias junto à cooperativa; 2) estímulo a cooperação entre os assentados; 3) fomento a diversificação da produção agrícola das famílias assentadas na região metropolitana de Porto Alegre; 4) fomento a comercialização (principalmente através de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos –PAA- e o Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE-), para assim; 4) ampliar e qualificar a fonte de renda das famílias assentadas.

A Entrevistada 05 (2018) destaca que “[...] a renda e a comercialização [...] são dois objetivos fundamentais do Grupo Gestor. Ampliar a renda das famílias e contribuir com a comercialização desta produção [...]”.

O GGHF está organizado “dentro daquela estrutura organizativa do MST na nossa região, que é composto de quatro microrregiões, ou seja, microrregião de Nova Santa Rita, microrregião de Eldorado, microrregião de Encruzilhada do Sul e microrregião de Viamão”. (ENTREVISTADA 05, 2018). Essa estrutura organizativa engloba nove municípios e cerca de 1400 famílias assentadas, destas, aproximadamente 250 estão inseridas no GGHF.

Todas as famílias que compõem o Grupo Gestor das Hortas e Frutas possuem certificado de produtores orgânicos (via OCS ou OPAC), e estão articuladas em vinte e seis grupos de certificação. No município de Viamão, o GGHF abrange um universo de 44 famílias assentadas, sendo que destas, vinte comercializam sua produção em feiras ecológicas individuais ou coletivas.

Atualmente, além dos mercados institucionais, as famílias inseridas no GGHF tem a possibilidade de comercializar sua produção agrícola através de uma agroindústria de processamento de vegetais administrada pela COOTAP, e também através de feiras. Existem quarenta espaços de feiras ecológicas (conquistadas através do GGHF) em que estão inseridas as famílias assentadas, destas feiras, 25 são realizadas na cidade de Porto Alegre.

Desde sua criação, até o ano de 2017 o maior volume de comercialização das famílias inseridas no Grupo Gestor se dava através de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O GGHF, assim como o MST e a COOTAP, compreende os mercados institucionais (principalmente o PAA) como uma fonte complementar de renda às famílias assentadas, deste modo, nas discussões do GGHF, às famílias são incentivadas a buscar outros espaços de comercialização para além do PAA. No entanto, por existir muito investimento de recursos

públicos sobre o Programa até o ano de 2015, os convênios assinados pelas famílias absorviam quase a totalidade da produção dos assentados, sendo assim, o GGHF pouco avançou na construção de alternativas de comercialização junto às famílias, e, muitas destas dependiam exclusivamente do Programa como fonte de renda. A partir deste ano, o PAA passou a sofrer alguns cortes, que atingiram diretamente o GGHF e as famílias assentadas. A Entrevistada 05 (2018) relata que

Com a diminuição do Programa de Aquisição de Alimentos, e foi bastante brusco na nossa região né os recursos e o número de projetos que a gente tinha diminuiu bastante [...]. Isso nos assustou bastante no Grupo Gestor das Hortas e nós tivemos que de forma coletiva ir atrás de outras alternativas de comercialização.

A Entrevistada continua, destacando que

[...] sem o PAA as famílias tavam com suas hortas, tinham conquistado a experiência de produzir orgânico, nós tínhamos conquistado a certificação orgânica da nossa produção com a nossa certificadora COCEARGS, e o que fazer com essas famílias sem poder comercializar? (ENTREVISTADA 05, 2018)

A alternativa encontrada pelo Grupo Gestor para superar esse quadro foi incentivar e auxiliar as famílias assentadas a buscar espaços de feiras ecológicas. O GGHF passou então a contatar alguns municípios da região metropolitana de Porto Alegre e passou também a ter uma representação no Conselho Municipal de Feiras de Porto Alegre no intuito de conquistar espaços de feiras ecológicas que viabilizassem o escoamento da produção agrícola das famílias assentadas. A iniciativa trouxe resultados positivos, e o número de feiras ecológicas ocupadas pelo GGHF ampliou significativamente, passando de quinze para quarenta entre os anos de 2016 até os dias atuais.

Os elementos apresentados nesta seção demonstram que as feiras ecológicas cumprem um papel importante na dinâmica e na organização dos camponeses do assentamento Filhos de Sepé, bem como nos demais assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre. Sendo assim, propomo-nos a analisar, na próxima seção, de forma mais detalhada, a organização das Famílias “01”, “02”, “03” e “04” entorno das feiras ecológicas, para assim compreender, o modo como estes espaços de comercialização influenciam na dinâmica destas famílias, e também, se essa organização influencia na condição de camponeses destes sujeitos.

4 AS FAMÍLIAS FEIRANTES ASSENTADAS EM VIAMÃO E OS MECANISMOS DE EXPRESSÃO DA RESISTÊNCIA CAMPONESA

Dedicamos este capítulo para analisar as formas nas quais se expressam o movimento das famílias feirantes do Assentamento Filhos de Sepé em direção ao fortalecimento da autonomia e da resistência camponesa. Buscamos apresentar nesta seção, as motivações que levaram as famílias assentadas a se inserirem nas feiras ecológicas, quais os desafios enfrentados por estas famílias ao longo do processo de constituição das feiras, quais foram os mecanismos desenvolvidos pelos camponeses feirantes a fim de superar estes desafios, e, por fim, buscamos compreender quais as perspectivas futuras destes sujeitos com relação às feiras ecológicas.

4.1 OS PRIMEIROS PASSOS DOS CAMPONESES DE VIAMÃO NA CONSTRUÇÃO DAS FEIRAS ECOLÓGICAS

Ao analisarmos o processo de constituição das feiras ecológicas dos assentados de Viamão, encontramos diversos fatores que levaram as famílias a se dedicarem a esta atividade. Dentre esses fatores, a renda aparece como central, ganhando destaque entre todas as famílias entrevistadas.

A totalidade das famílias entrevistadas possui vínculo com a agricultura desde antes de iniciar as feiras ecológicas. Destaca-se, no entanto, que uma das famílias anteriormente às feiras possuía uma fonte de renda não-agrícola, como relata o Entrevistado 04 (2018):

“[...] eu trabalhei fora [como assalariado] desde quando cheguei aqui [no assentamento] e [...], [no entanto], sempre gostei de trabalhar [na agricultura], plantar as coisas né [...]”.

As primeiras iniciativas de feiras ecológicas do Assentamento Filhos de Sepé foram construídas por um grupo de mulheres camponesas assentadas, que buscaram nas feiras “essa questão da renda mesmo semanal, [...] uma renda que ela não fosse esperar tipo seis meses a safra [da lavoura de arroz] [...] foi aí que surgiu então essa organização do grupo que a gente foi atrás de comercialização né.” (ENTREVISTADA 01, 2018).

O protagonismo das mulheres camponesas no desenvolvimento dos mercados locais neste assentamento é perceptível no depoimento da Entrevistada 01:

[...] um ano e pouco depois que nós tava aqui [no assentamento] a gente já começou com um grupo [de mulheres], e no começo assim ele era aquele grupo pra gente reunir, fazer o xaropinho, fazer uns artesanatos, coisas assim, mas aí depois a gente começou a questionar essa questão da renda mesmo né, como é que nós mulheres contribuiria com a renda daquelas coisinhas do dia-a-dia e do mês: água, luz, né? Foi

aí que surgiu as ideias das feiras, daí, e trabalhando um pouco [também] na questão da organização do lote a partir da visão da mulher [...]. (ENTREVISTADA 01, 2018).

Dentre as famílias participantes deste estudo, a Família 01 e a Família 02 fazem parte deste grupo de mulheres, e iniciaram a partir dele a comercialização nas feiras. Enquanto a Família 01, anteriormente às feiras, já possuía experiência com a comercialização de uma produção agrícola diversificada, a Família 02, por sua vez, era especializada no cultivo de arroz. Esta família destaca que além de um grande prejuízo econômico obtido com a lavoura de arroz, o aspecto da saúde influenciou na transição para os cultivos orgânicos diversificados.

Na realidade eu plantava arroz convencional, dois mil e... Comecei em 2002, e fui até 2008. Em 2008 quem não tinha certificado [orgânico] na lavoura de arroz o INCRA apreendeu [a produção], e nós perdemos tudo a lavoura e eu resolvi parar de trabalhar [com arroz], me intoxiquei com veneno e resolvi parar de [cultivar em sistema] convencional e tomei o rumo do orgânico, mas daí com verduras e legumes, não arroz. (ENTREVISTADO 02, 2018).

A Família 04, assim como a Família 02, destaca o aspecto da saúde como um dos motivadores para a adoção dos cultivos em sistema orgânico.

[...] eu comecei no orgânico porque [...] tu sai pra fora ai tu vai ver uma horta é só veneno, veneno, adubação é ureia, é veneno, aí tu vai comer tu tá, na realidade tu tá comendo veneno, né cara? Tu tá se matando por tuas próprias mãos. (ENTREVISTADO 04, 2018, p. 07).

A Família 03, antes de trabalhar com as feiras ecológicas dedicava-se a pecuária leiteira, e possuía também uma fonte de renda não-agrícola, onde um membro da família eventualmente trabalhava como motorista. A inserção desta família nas feiras ecológicas se deu a partir do incentivo de um vizinho assentado feirante, que ofereceu à família um espaço de feira.

Analisando os discursos dos sujeitos, percebemos que os camponeses assentados em Viamão construíram nas feiras ecológicas um mecanismo que, além de garantir trabalho para todos os membros dos núcleos familiares, possui também uma boa capacidade de geração de renda. Ou seja, as famílias feirantes tendem a suprir suas necessidades através da agricultura, de modo que entre as famílias entrevistadas apenas uma (Família 01) complementa sua renda através de uma atividade não-agrícola. No quadro a seguir apresentamos de forma sintetizada as fontes de renda das famílias feirantes antes e após a constituição das feiras ecológicas:

Quadro 3 – Fontes de renda das famílias feirantes

	Ano em que iniciou as feiras ecológicas	Fonte de renda anterior às feiras	Fonte de renda atual
Família 01	2010	Agricultura (vendas eventuais da produção agrícola)	Feiras, grupos de consumo, aplicativo, preparação de alimentos em eventos
Família 02	2010	Agricultura (especialização em produção de arroz)	Feiras, mercados, restaurantes, escolas, grupos de consumo, outros
Família 03	2017	Agricultura (especialização em pecuária leiteira) e trabalho assalariado eventual	Feiras
Família 04	2017	Assalariado fixo	Feiras

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando o quadro 3 observamos que as Famílias “01” e “02”, possuem outras fontes de comercialização para além das feiras, enquanto as Famílias “03” e “04” tem nas feiras sua única fonte de renda. Podemos concluir que, com o passar dos anos, as famílias feirantes tendem a construir alternativas de escoamento de sua produção para além das feiras, de modo a não depender exclusivamente de um único mercado como fonte de renda.

Encontramos também, analisando as experiências destas quatro famílias, uma tendência do que Ploeg (2008) define como recampesinização. Segundo este autor, a recampesinização implica em um aumento no número de camponeses através de um influxo exterior⁹, e/ou através de uma reconversão¹⁰, por exemplo, de agricultores empresariais especializados em camponeses.

4.2 AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS PELAS FAMÍLIAS FEIRANTES COM A NATUREZA, COM A COMUNIDADE E COM OS CONSUMIDORES

Analisando as diversas relações estabelecidas pelas famílias feirantes com a comunidade em que estão inseridas, com os consumidores, e também com o ambiente onde vivem e desenvolvem suas atividades agrícolas, percebemos que através das feiras ecológicas

⁹ Neste caso apresentamos a Família 04, que através das feiras passou de uma condição de assalariado para a condição de camponês.

¹⁰ Aqui temos os casos das Famílias ‘02’ e ‘03’, que antes das feiras desenvolviam atividades agrícolas especializadas, assemelhando-se ao que Ploeg (2008) define como agricultores empresariais, e com as feiras ecológicas passaram a dedicar-se a uma produção agrícola diversificada.

os assentados de Viamão tendem ao fortalecimento de sua condição camponesa (PLOEG, 2008).

Esse fortalecimento se manifesta nos sistemas de produção adotados pelas famílias, que tendem a uma diversificação da produção agrícola, e são manejados sob os princípios da agricultura orgânica, extinguindo de seus cultivos os agrotóxicos e qualquer outro insumo agrícola artificial. Os camponeses feirantes demonstram uma preocupação para com o ambiente (principalmente com o solo) onde desenvolvem suas atividades, dessa forma visam a adoção de tecnologias que garantam a fertilidade do sistema a longo prazo, como destaca o Entrevistado 02 (2018):

a gente [...], tem que [...] começar a fazer mais adubação verde, [...] cama de aviário vai estragando a terra [precisamos] tentar fazer mais cobertura verde, aprimorar nesse sentido, fazer pousio [...], dividir as áreas, plantar um ano, um tempo numa e depois na outra.

Percebemos na afirmação do Entrevistado 02 que, mesmo usando a cama de aviário, um adubo que já é orgânico, o produtor percebe que apesar de gerar nutrientes para a planta não tem um resultado satisfatório para a manutenção da vida no solo. A observação de tais dimensões evidenciam aspectos que se aproximam de uma condição camponesa, na qual os camponeses são observadores do que produzem em comparação aos movimentos da natureza.

A agricultura orgânica desenvolvida pelos camponeses feirantes do Assentamento Filhos de Sepé tende a aproximar-se do que Ploeg (2000 apud PLOEG, 2008) define como “agricultura econômica” ou “agricultura de baixo custo” que, segundo o autor, é adotada pelo campesinato no intuito de reduzir a dependência de fatores de crescimento artificiais e consequentemente do capital industrial e financeiro, enquanto redescobre e desenvolve ativamente o capital ecológico como sua base principal. (SMEDING, 2001 apud PLOEG, 2008).

O fortalecimento da condição camponesa manifesta-se também nas diversas relações de cooperação desenvolvidas pelos assentados feirantes. Essa cooperação se dá através da associação em cooperativas, da inserção no GGHF, e do desenvolvimento de grupos de certificação, que além de cumprirem uma função legal no processo de certificação da produção orgânica, são utilizados pelas famílias como espaços de troca de conhecimentos e de debates a cerca da comercialização.

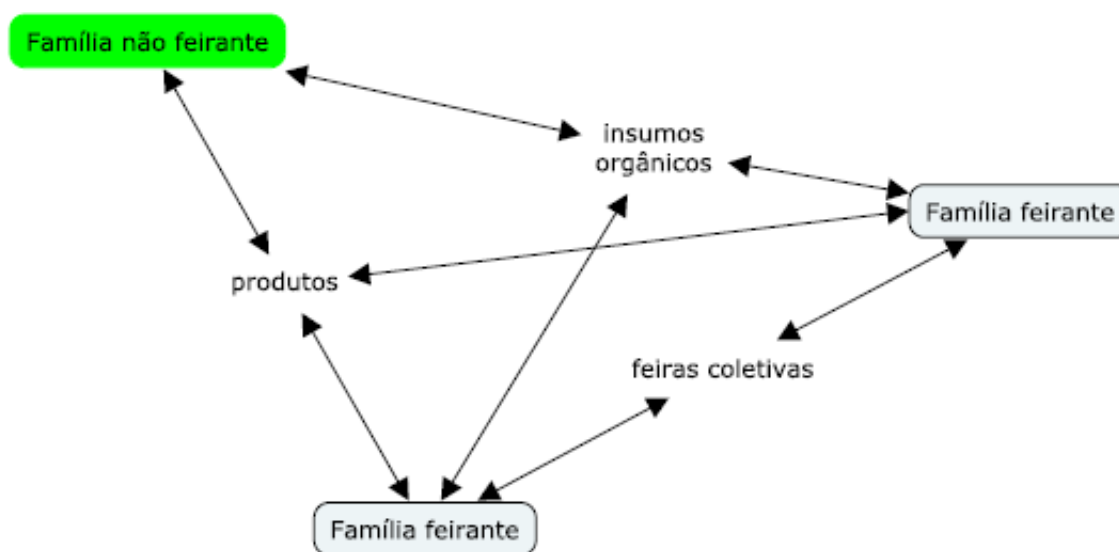
Analisando o funcionamento do Grupo Gestor das Hortas e Frutas (GGHF), percebemos que este coletivo influencia diretamente em diversos aspectos na dinâmica das famílias feirantes. Nos espaços de discussão do GGHF, são abordados temas relacionados à

certificação orgânica, as famílias buscam também por intermédio deste coletivo, construir novos espaços de comercialização da produção agrícola, como PAAs, PNAEs e também feiras ecológicas.

Algumas famílias não possuem um envolvimento ativo no GGHF, mas, quando questionadas a respeito da importância, ou não, de estarem inseridas neste coletivo apresentam respostas como a da Entrevistada 01 (2018), que afirma: “como grupo tá difícil, mas individual tá pior ainda!”. A entrevistada, apesar de ressaltar as dificuldades que em geral os grupos enfrentam, considera sua existência importante, evidenciando assim o papel desempenhado pela cooperação na dinâmica das famílias feirantes.

A cooperação entre os camponeses assentados em Viamão, no entanto, não se resume apenas a mecanismos institucionalizados. Ela expressa uma estratégia de fortalecimento das feiras ecológicas através da construção de redes de cooperação, que trazem consigo princípios de solidariedade e reciprocidade, conforme figura 4.

Figura 4 – A cooperação em rede dos camponeses feirantes do Assentamento Filhos de Sepé.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A cooperação por rede se expressa nas relações de troca de produtos entre as famílias, onde não se objetiva prioritariamente o lucro, mas, em primeiro lugar, ampliar a diversidade de itens ofertados nas feiras ecológicas. Essas iniciativas propiciam o aumento das vendas nas feiras e, conseqüentemente, o aumento da renda das famílias feirantes. A troca de produtos entre os camponeses feirantes possibilita ainda, que um maior número de famílias

comercialize sua produção agrícola nas feiras ecológicas, mesmo que algumas não se envolvam diretamente nesta atividade.

A solidariedade entre as famílias camponesas se manifesta no relato do Entrevistado 03 (2018), que afirma ter iniciado sua primeira feira ecológica através do incentivo de um assentado feirante. “Eu na verdade trabalhava pra um [assentado feirante] puxando produto, então, ele me incentivou a começar uma feira, ele arrumou um ponto [de feira] pra mim, e foi aonde [...] que começamos com a feira”. Analisando esta afirmação percebemos que a solidariedade faz com que os camponeses superem as relações de disputas e competições presentes nos mercados convencionais, que são “dominados por uma lógica [...] geralmente maximizadora de lucros, ou egoísta [...]”. (WILKINSON, 2016 p. 53).

Apesar das famílias cultivarem suas UPs individualmente, no momento da comercialização a cooperação ganha destaque. Das quatro famílias entrevistadas, três realizam feiras coletivas, como relata a entrevistada. “[Em] algumas feiras [...] nós levamos pro grupo né, nas outras feiras, na [universidade, por exemplo,] uma é o fulano que faz, a outra é o seu ciclano né, então a gente vai junto [...]”. (ENTREVISTADA 01, 2018).

Através da estratégia das feiras coletivas, os camponeses ampliam a diversidade de itens ofertados aos consumidores e barateiam os custos com logística, que são divididos entre várias famílias. Essa dinâmica é enfatizada pelo Entrevistado 04 (2018) que destaca: “Nós juntamos [o grupo], cada um colhe os produtos, aí passamos, recolhemos, carregamos e vamos pra feira só com um transporte. Aí o custo é repartido no grupo”.

Outra manifestação da cooperação em rede se apresenta na elaboração coletiva de insumos agrícolas. Conforme destacado pelo Entrevistado 04 (2018) no grupo de certificação, “a gente [...] junta um dia e fizemos uns preparados pra botar [na lavoura], tipo um biofertilizante, calda bordalesa, a gente junta o grupo, faz tudo junto e reparte um pouco pra cada um”.

Os diversos coletivos em que estão inseridas as famílias feirantes assemelham-se a o que Almeida (1999) define como um sistema legítimo de solidariedade e de identidade. Segundo o autor, esse sistema, que se materializa nos mecanismos de associação em grupos, cooperativas ou associações de caráter comunitário, expressa uma “busca incessante de uma auto-organização, [...] para fazer frente às dificuldades crescentes da produção, da comercialização, e da vida no meio social rural”. (ALMEIDA, 1999, p. 156). Para Ploeg (2008) a cooperação fortalece a resistência camponesa, possibilitando que os interesses e as aspirações individuais do campesinato sejam defendidas coletivamente.

Acreditamos que os diversos coletivos desenvolvidos pelas famílias feirantes fazem parte de um processo de autorregulação local e regional, que está enraizada no capital social (PLOEG, 2008). Através do desenvolvimento do capital social os camponeses constituem redes de compartilhamento de valores, de experiências, e de conhecimento acumulado, além de aumentar sua capacidade de “resolver conflitos internos, participar de processos de aprendizagem e de adquirir uma visão clara do seu próprio papel nas sociedades de hoje”. (PLOEG, 2008, p. 304).

Pode ser definida também como uma expressão da cooperação em rede desenvolvida pelos camponeses, a troca de serviços entre algumas famílias, como destaca a Entrevistada 01 (2018): “O que [a família] faz assim, de vez em quando, com o seu [fulano] [...] é um pouco essa troca de serviços assim, [...] ele ajuda [a família] em alguma coisa, [a família] faz outra coisa pra ele né, ou [nós] plantamos de a meia a lavoura”. A entrevistada relembra ainda que a troca de serviços e os mutirões foram mais intensos e frequentes no passado das famílias que compunham o grupo de mulheres:

Teve uma época que a gente trabalhou assim, a gente chamava de mutirão né, então, uma vez por semana a gente ia na casa de uma das mulheres do grupo [...] ia lá fazer aquilo que ela tinha pra ser feito né, ou se era uma capina, ou se era arrumar uma cerca, se era ajeitar um galinheiro, se era ajudar matar galinha, sei lá, o serviço que ela tinha. [...] foi uma experiência muito rica assim entre nós né? Até mesmo porque acho que isso ai ajuda até a, como é que se diz, a unir mais assim [...] mas sei lá, foi parando e [...] mas foi uma experiência assim que a gente todas [as mulheres] do grupo né, sentem muito, assim, a falta de ter de novo isso né? (ENTREVISTADA 01, 2018).

Essa troca de serviços aproxima-se do que Ploeg (2008) define como um mecanismo de conversão alternativa, referindo-se ao estabelecimento de trocas de produtos ou serviços que não são intermediadas por dinheiro. Segundo este autor, as conversões alternativas são estabelecidas pelo campesinato como forma de resistência frente a uma organização de sociedade em que impera a lógica do mercado, onde “[...] os recursos, a força de trabalho, o conhecimento, os produtos, os serviços, ou o que quer que seja, são convertidos em mercadorias”. (PLOEG, 2008, p. 295).

Analisando a relação entre as famílias feirantes e os consumidores, percebemos que, durante as primeiras feiras, estes manifestam certa desconfiança, principalmente quanto à procedência e a certificação orgânica dos alimentos. Este quadro implica diretamente sobre a dimensão das vendas, que se apresentam insuficientes. Como relata o Entrevistado 02 (2018)

[Inicialmente nas feiras] [...] não vendia muito, então, a gente sofreu no começo [...]. Na realidade essa primeira feira, quando nós iniciamos em 2009 [...], foi quase um

ano penando. O grupo mesmo queria desistir da feira porque não cobria [...] o combustível, porque vendia muito pouco [...].

Por mais que o montante comercializado nas feiras iniciais fosse insuficiente para cobrir os custos de produção e logística, as famílias não desistiram, e superaram este quadro através da diversificação da oferta de produtos, de uma maior divulgação das feiras, mas principalmente através do estabelecimento de relações de confiança, a partir do diálogo com os consumidores, pois, ao longo do tempo, a desconfiança dos consumidores reduz gradativamente, ao passo em que as vendas aumentam, e a relação com os consumidores é totalmente diferente ao que se apresentava nas feiras iniciais. “O pessoal [consumidores] vão muito na confiança [...], porque [...] já faz anos que gente tá no mercado, [...] tem vários que compram na feira e já saem com tudo os produtos ali. Só comem produto da feira”. (ENTREVISTADO 02, 2018).

A importância da relação estabelecida entre produtores e consumidores nas feiras se expressa também nas palavras da Entrevistada 01 (2018)

[...] eu costumo dizer que [a feira] é uma relação de confiança, de troca entre nossos clientes né, e nós agricultores, então, eles têm que confiar em nós, e nós também ter essa parceria com eles né [...] lá na [feira] meio, vou chutar assim, eu acredito que, fixo assim, a gente tem em torno de umas 50 pessoas que são fixas! Vão toda a terça feira, aí o dia que essas pessoas não vão a gente já sente a falta [...].

As Famílias “03” e “04”, por realizarem feiras a um período mais recente que as Famílias “01” e “02” se deparam ainda com o quadro de dificuldade já superado por estas. O Entrevistado 03 (2018) destaca que “[...] todo mundo ainda não tá habituado a pegar um alimento orgânico todo o dia, né? Tem muita gente ainda que não conhece, [...] eu acho que se tivesse um incentivo maior [...], pra divulgar melhor, né, o orgânico, aí eu acho que seria, ficava melhor”.

No depoimento do Entrevistado 04 (2018), fica evidente que o pequeno volume de vendas durante as primeiras feiras ecológicas afetam o desenvolvimento desta atividade “[...] o [alimento] orgânico hoje nós temo começando faz pouco tempo, né cara, e aí a nossa demanda não é tão grande. [Isso dificulta] pra gente ter um recurso grande pra investir nele né”.

Percebemos que nas feiras iniciais os camponeses tem dificuldade em superar a desconfiança dos consumidores, que provavelmente seja influenciada pela lógica dos mercados convencionais, que tendem a um distanciamento cada vez maior entre produtores e consumidores, onde a “[...] produção é transferida para ‘não lugares’ sendo a origem dos

alimentos (ou seus vários ingredientes) escondida por uma fachada de imitações de produtos, e os produtores primários tornados anônimos e permutáveis.” (PLOEG 2008, p. 293- 294).

No entanto, com o passar do tempo, é estabelecido um diálogo aberto e ocorre uma intensa aproximação entre camponeses e consumidores. Dessa forma, conectam-se “produtores específicos e lugares de produção específicos a consumidores específicos” (PLOEG, 2008, p. 305). Essa conexão assemelha-se ao que Ploeg (2008) considera como fortalecimento do capital cultural, através do qual, o campesinato tem a capacidade de reestruturar as dinâmicas de mercado e reestabelecer as relações com os consumidores, que são atraídos através da distinção implícita nos alimentos. Distinção essa expressa na articulação e valorização da procedência, da qualidade e da especificidade dos produtos e dos modos de produção, processamento e comercialização associados.

4.3 OS DESAFIOS DAS FEIRAS ECOLÓGICAS E OS MECANISMOS DESENVOLVIDOS PELOS CAMPONESES PARA SUPERÁ-LOS

Além das dificuldades referentes às vendas insuficientes durante as feiras iniciais, as famílias feirantes se deparam com outros desafios ao longo da construção das feiras ecológicas, sendo que alguns destes persistem até os dias atuais.

Entre estes desafios, apresenta-se a necessidade de garantir diversidade e qualidade nos itens ofertados aos consumidores. A Entrevistada 01 (2018) relata que:

O que mantém uma feira [...] é a qualidade do produto né, e - ter a diversidade assim, ter bastante diversidade né, tanto nas verduras, nas frutas, [...] hoje em dia as pessoas - tão muito exigentes mesmo, [...] a primeira impressão é a que fica, e aí tu chega lá e vê aquilo tudo verdinho, tudo bonitinho, toda a semana tu vai passar ali.

Nas palavras do Entrevistado 02 (2018) essa análise é reforçada:

[...] hoje em dia o pessoal querem ir na feira e levar meio de tudo da feira, não ir numa feira e tocar ir no mercado comprar. Então, foi isso que mais que nós pensamos pra ter mais variedade, pro pessoal ir comprar, e comprar tudo na feira [...].

Para suprir as demandas das feiras e garantir qualidade e diversidade de produtos aos seus clientes, os camponeses precisam planejar as atividades desenvolvidas em suas Unidades de Produção, o que torna este tema bastante importante na dinâmica das famílias. A totalidade dos participantes desta pesquisa relatou realizar algum tipo de planejamento de suas atividades agrícolas, sendo que a maioria de forma individual, com exceção do Entrevistado 04, que foi o único a afirmar que realiza o planejamento coletivamente com outras famílias feirantes. O entrevistado destaca que no planejamento “é discutido [...] época de plantio, tipo

de produto que vai se plantar, né? [...]. É tudo discutido no grupo, isso aí”. (ENTREVISTADO 04, 2018).

Analisando os fatores que influenciam as famílias feirantes na realização do seu planejamento, percebemos que além da demanda comercial, o autoconsumo familiar também é considerado. No entanto, quando questionados sobre qual fator exerce maior influência sobre esse planejamento, as famílias apresentam respostas distintas. As Famílias “02” e “04” afirmam priorizar a comercialização, já para as Famílias “01” e “03” não existe uma prioridade entre autoconsumo e comercialização. No entanto, analisando a afirmação da Entrevistada 01 percebemos que, em determinadas condições o autoconsumo familiar sobrepõe a finalidade comercial: “[...] quando a gente pensa assim lá na produção, a gente também sempre pensa na família, né, no que a gente consome [...], esse ano não vendemos melancia, porque ela não deu muito, e o que deu a família consumiu [...]”. (ENTREVISTADA 01, 2018).

Esta declaração expressa claramente a importância do autoconsumo familiar na agricultura camponesa, onde a centralidade da produção está voltada acima de tudo para reprodução da família. (WANDERLEY, 2009). Percebemos, ainda, que apesar da produção das UPs serem direcionadas a comercialização, as famílias feirantes possuem uma grande autonomia quanto às tomadas de decisões, pois, os próprios camponeses tem a liberdade de definir sobre a destinação de um determinado produto, se ele será consumido na UP ou comercializado.

O fortalecimento da autonomia dos agricultores através dos circuitos curtos de comercialização é destacada por Darolt (2013), quando compara estes circuitos aos mercados de circuitos longos, nos quais normalmente o agricultor está ligado às empresas que controlam o que, quanto e como produzir. Nos mercados convencionais, amplia-se ainda significativamente a quantidade de intermediários, de modo que as transações são geralmente regidas por contratos, constituindo um alto grau de vulnerabilidade aos agricultores. (SCHNEIDER, 2016).

A diversidade de itens comercializados nas feiras ecológicas (representada na Fotografia 1) tende a influenciar na condição camponesa das famílias feirantes, pois, no momento em que as famílias passam a diversificar os itens ofertados para os consumidores,

diversificam sua produção agrícola, e ampliam a diversidade de sua base alimentar, fortalecendo o autoconsumo, e também a resiliência¹¹ de suas UPs.

Fotografia 1 – A diversidade de alimentos comercializados nas feiras ecológicas.



Fonte: Arquivo da Família 02.

A importância da diversificação de alimentos comercializados nas feiras levou algumas famílias assentadas a adquirir determinados produtos com outros agricultores familiares, inclusive fora dos limites do assentamento. Um entrevistado afirmou que tratam-se de:

¹¹ Segundo Cabell e Oelofse (2012 apud Nicholls et al., 2015) a resiliência é definida como a capacidade de um sistema social ou ecológico de absorver perturbações, mantendo sua estrutura organizacional e sua produtividade, bem como as capacidades de auto-organização e adaptação a estresses e perturbações. Altieri (2002) e De Schutter (2010 apud Nicholls et al., 2015, p.05) afirmam que “[...] a diversidade nos campos de cultivo e a heterogeneidade na escala da paisagem [são estratégias que representam um caminho] consistente para o aumento da produtividade, da sustentabilidade e da resiliência da produção agrícola [...]”.

[...] produto que não produz na região... tipo... tipo mandioquinha, tipo batata inglesa que é difícil de produzir aqui na região, daí a gente pega de fora pra... pra suprir melhor a banca, porque senão tu vai pra [feira] vender alface, vender couve, vender essas coisas, o pessoal não, acaba não indo, né? Então, o pessoal tem que ir lá e ter o que precisa na banca [...], mas, é tudo certificado, tudo inspecionado, tudo certinho. (Entrevistado 04, 2018, p. 03).

A aquisição, pelas famílias feirantes, de produtos de outros agricultores para a comercialização nas feiras ecológicas tende a fortalecer a resistência camponesa, pois, essa atividade fortalece as relações diretas de troca entre camponeses e fomenta os circuitos curtos de comercialização, oferecendo uma maior diversidade de itens nas feiras.

Não temos a intenção de ser totalmente conclusivos, mas, podemos afirmar que, se alguma família feirante futuramente se especializar na aquisição de produtos de terceiros, e esta se tornar uma atividade exclusivamente econômica, corre-se o risco de que esses camponeses passem a atuar puramente como intermediários, e se afastem da condição camponesa. Estes sujeitos, então, passariam a cumprir meramente a função de intermediários nas relações de troca. Sendo assim, acreditamos que, ao mesmo tempo em que essa atividade tende ao fortalecimento da condição camponesa ela pode se tornar uma ameaça.

Outro mecanismo desenvolvido pelas famílias feirantes do Assentamento Filhos de Sepé a fim de ampliar a diversidade dos itens ofertados nas feiras é o beneficiamento da produção agrícola das UPs.

Através de uma agroindústria de processamento de vegetais administrada pela COOTAP, os assentados membros do GGHF e associados à cooperativa tem a possibilidade de beneficiar a sua produção agrícola. De acordo com a Entrevistada 05 (2018), a agroindústria de processamento de vegetais “[...] tem estrutura física e equipamento, né, pros higienizados, pra compotas, pra picles, todas essas coisas, pra doces, geleias, chimias de uva, de amora, de abóbora [...], uma linha de sucos também”. A Entrevistada 05 destaca, no entanto, que a atividade da agroindústria encontra-se atualmente abaixo de sua capacidade, devido à produção agrícola das famílias assentadas estar aquém da quantidade mínima de produtos necessários para a viabilidade econômica da unidade de processamento.

Encontramos também, entre as famílias feirantes iniciativas particulares de processamento artesanal da produção, como relata a Entrevistada 01 (2018) “a gente faz por exemplo, [...] os doces, né, com as sobras das frutas a gente faz em casa, né, com sobra da fruta, [temos] a manteiga e aí já faz as ambrosias”.

O processamento (agroindustrial ou artesanal) da produção agrícola, além de ampliar a diversidade de itens ofertados nas feiras possibilita que os camponeses feirantes reduzam as perdas de produtos em caso de superprodução, e ainda agreguem valor a esta produção,

ampliando e diversificando a renda da família. Para Almeida (1999, p. 155), os camponeses buscam nestas atividades, além de agregação de valor, uma maior autonomia, buscando:

[...] ultrapassar a ruptura entre as funções de produção e aquelas de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas [...], pode se dizer [ainda, que] essas estratégias induzem [o campesinato] a uma intensificação e a uma diversificação das atividades produtivas nas unidades de produção.

Analisando a dinâmica do beneficiamento da produção agrícola das famílias feirantes através da agroindústria de processamento de vegetais da COOTAP acreditamos nos deparar novamente com uma expressão de conversão alternativa¹² (PLOEG, 2008). Como expresso pelo Entrevistado 04 (2018), como forma de pagamento pelo beneficiamento do aipim higienizado, a cooperativa desconta uma porcentagem do produto final, ou seja, o pagamento pelos serviços prestados pela agroindústria se dá na forma de produto, anulando a função do dinheiro como mediador desta relação.

Analisemos agora outro fator destacado pelos entrevistados como limitante ao desenvolvimento das feiras ecológicas. Ele se refere à pequena disponibilidade de recursos entre as famílias feirantes, quadro que dificulta um maior investimento na produção agrícola e também em logística.

Essa escassez de recursos forçou as famílias feirantes a desenvolverem alguns mecanismos para enfrentar este quadro. Dentre eles, destacam-se as feiras coletivas, que possibilitam a divisão, entre as famílias, dos custos com logística e a elaboração coletiva de insumos agrícolas, que reduzem a necessidade de aporte de insumos industrializados em suas UPs, reduzindo, assim, os custos de produção. Essas iniciativas são compreendidas como uma tendência do campesinato em desenvolver mecanismos que possibilitam ações de resistência e/ou adaptação frente a um ambiente hostil. (PLOEG, 2008).

A escassez de recursos entre os camponeses feirantes culmina ainda, na extinção de financiamentos externos sobre suas atividades, ou seja, os recursos investidos pelas famílias nas atividades agrícolas possuem origem, na sua totalidade, na comercialização da produção. Ploeg (2008) destaca que a ausência de financiamentos externos na produção camponesa representa o fortalecimento de uma base de recursos, que reduz a dependência de instituições financeiras e circuitos bancários. De acordo com este autor:

Quando as sementes, fertilizantes, etc. [adquiridos pelos camponeses], foram pagos com dinheiro ganho em outro lugar, eles foram de fato “pagos”. Esses insumos são comprados como mercadorias, mas entram no processo de produção da unidade

¹² A primeira manifestação de um mecanismo de conversão alternativa refere-se as trocas de serviços entre as famílias, tema abordado anteriormente.

agrícola como valores de uso. Eles não devem ser mais valorizados em termos de valores de troca. A história social particular destes recursos confere ao camponês a liberdade para fazer com eles o que melhor entender [...]. (PLOEG, 2008 p. 49-50).

Buscamos destacar até aqui, que os mecanismos desenvolvidos pelas famílias feirantes, como formas de enfrentamento aos desafios que se apresentam, tendem a fortalecer a sua autonomia e a sua condição camponesa. No entanto, percebeu-se que, entre as quatro famílias participantes deste estudo, aquelas que estão inseridas nas feiras ecológicas a mais de quatro anos (Família “01” e “02”) possuem relações mais consolidadas com seus consumidores, isso acarreta em um maior volume de vendas comparado as Famílias “03” e “04”. Aquelas famílias também estão inseridas em outros circuitos curtos de comercialização, para além das feiras, enquanto as famílias iniciantes dependem unicamente destes mercados como fonte de renda. Estas pequenas diferenças em que se encontram as famílias feirantes nos permitem concluir que a autonomia e a condição camponesa tendem a ser fortalecidas ao longo do tempo através das feiras ecológicas.

Percebemos também, que os desafios que se apresentam aos dois grupos de famílias feirantes participantes deste estudo (as mais experientes e as iniciantes) são muito semelhantes. Essa situação possibilita que os mecanismos desenvolvidos pelas famílias mais experientes sejam reproduzidos também pelas famílias que estão se inserindo nas feiras a um período mais recente, como é o caso da troca de produtos, da aquisição de produtos para além dos limites do assentamento e das feiras coletivas. Ou seja, através das experiências já consolidadas, as famílias com maior tempo de inserção nas feiras tendem a auxiliar as novas famílias feirantes.

Faz-se necessário destacar também que, apesar das famílias feirantes ainda depararem-se com diversas dificuldades, elas sentem-se motivadas em dar continuidade e fortalecer as feiras ecológicas. Sendo assim, buscaremos agora compreender quais são as perspectivas futuras destes sujeitos.

4.4 AS PERSPECTIVAS FUTURAS DAS FAMÍLIAS FEIRANTES

Como demonstraremos a seguir, os anseios das quatro famílias participantes deste estudo remetem à continuidade e ao fortalecimento das feiras ecológicas, cuja importância se expressa nos depoimentos dos quatro entrevistados.

A Entrevistada 01 (2018) afirma que as feiras surgiram como a solução de “um problema mesmo nosso [...] que é o como escoar a produção, porque às vezes até, a produção não é tão difícil, mas como é que tu escoas, né? Então, eu acho que esse [problema] [...] a

gente conseguiu resolver [...]”. (ENTREVISTADA 01, 2018). O Entrevistado 02 (2018) destaca:

[Vamos] continuar, né, até que [...] nós conseguir tocar nós vamos continuar, porque [...] feira e produção orgânica é o único meio que nós vimos que hoje tá tendo ainda oportunidade, [...] pra os pequenos, então, a gente tem que se agarrar com o que pode né, [...] então, a gente tem que se manter no que dá certo. (ENTREVISTADO 02, 2018).

Os depoimentos acima destacam o importante papel desempenhado pelas feiras ecológicas no escoamento da produção das famílias, constituindo-se dessa forma em uma alternativa de trabalho geradora de renda aos camponeses. O Entrevistado 03 (2018), por sua vez, afirma que há ainda a necessidade de ampliar às feiras,

[...] se a gente conseguisse pegar mais uns espaços seria melhor né [...]. Por parte da família [...] a gente trabalha pra ampliar mais né, produzir mais produtos, e eu acho que a demanda [oferta de força de trabalho familiar] seria suficiente pra mais algumas feiras.

Percebemos nesta afirmação que a motivação para ampliar as feiras não remete simplesmente a uma tentativa de aumentar o lucro, mas, a ampliação das feiras é entendida como uma forma de ocupação para a disponibilidade de mão-de-obra da família, expressando neste caso uma forma organizativa específica do campesinato, através da qual a produção tende a ser regulada pela capacidade de trabalho disponível na família. (COSTA; CARVALHO, 2012).

A geração de renda e trabalho não são os únicos aspectos que motivam as famílias a continuarem nas feiras ecológicas, o Entrevistado 04 (2018) em seu depoimento destaca:

[...] a minha ideia é continuar porque eu comecei cara, eu comecei no orgânico porque o cara vê muito... tu sai pra fora aí tu vai ver uma horta é só veneno, veneno, adubação é ureia, é veneno, aí tu vai comer tu tá, na realidade tu tá comendo veneno, né, cara? Tu tá se matando por tuas próprias mãos. Então eu comecei com isso e pretendo continuar. [...] A família tudo gostam de trabalhar juntos, então [...]. Tô gostando e pretendo continuar!

Percebemos assim, que a continuidade das feiras ecológicas é motivada pelo contentamento dos camponeses em trabalhar junto as suas famílias, e também por uma satisfação destes sujeitos para com os sistemas de produção orgânicos, que tendem ao fortalecimento da coprodução, proporcionando dessa forma uma intensa interação entre ser humano e natureza viva. (PLOEG, 2008).

Sucintamente, o papel desempenhado pelas feiras ecológicas na dinâmica dos camponeses feirantes do assentamento Filhos de Sepé é exposto no depoimento da Entrevistada 01 (2018), que afirma:

[...] como agricultor a gente tá resistindo, continua produzindo, continua fazendo [...], eu acredito que as feiras é o, como se diz assim, é o caminho. A comercialização que a gente tem é a comercialização solidária, se junta vários grupos [...] pra poder [escoar a produção], mas é o caminho pra nós hoje, não tem outro caminho, a não ser tu produzir e buscar feiras, buscar espaços pra ti [comercializar], porque entregar em grandes mercados hoje, [o] agricultor não tem condições, e esses grandes mercados nem querem né, não vão comprar do [camponês], ainda mais de assentado, aí mesmo que não compram, né, então, a feira ainda é o caminho mais certo [...]. (ENTREVISTADA 01, 2018).

Analisando os discursos dos camponeses percebemos que as famílias feirantes participantes deste estudo encontraram nas feiras ecológicas não apenas uma atividade geradora de renda, mas também uma atividade que tende a ampliar a qualidade de vida dos camponeses feirantes (PLOEG, 2008). Essa ampliação se manifesta através da geração de trabalho a todos os membros dos núcleos familiares, através do aumento da sua autonomia, através da troca de saberes e experiências entre os camponeses, através do estabelecimento de redes de cooperação e relações de solidariedade (ALMEIDA, 1999) com a comunidade do Assentamento Filhos de Sepé.

As feiras ecológicas possibilitam ainda que as famílias feirantes se aproximem dos consumidores, estabelecendo com estes, relações de confiança, através das quais se sentem valorizados pela função que desempenham na sociedade como produtores de alimentos saudáveis, através de modelos agrícolas que tem por base o cuidado e a proteção para com a natureza (PLOEG, 2008).

Através das feiras ecológicas, os camponeses do Assentamento filhos de Sepé, participantes deste estudo, também afirmam sua condição de sujeitos sociais ativos, capazes de tomar decisões sobre suas próprias vidas, ao passo em que participam e são sujeitos de um processo de construção social (MENEZES; MALAGODI, 2011).

Acreditamos que, através das feiras ecológicas, os agricultores assentados em Viamão tendem a desenvolver e fortalecer o princípio camponês (PLOEG, 2008), que mantém vivo no campesinato a esperança de construir melhores condições de vida, através do trabalho, da cooperação e de ações conjuntas. O princípio camponês salienta também, a satisfação de trabalhar com a natureza viva, valoriza a artesanidade, a autonomia e expressa o orgulho ao que foi construído, criando caminhos para o futuro. Dessa maneira, ele se apresenta como uma saída poderosa para a crise agrária vigente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu analisar alguns dos mecanismos desenvolvidos pelo campesinato brasileiro em seu movimento de resistência e busca pela ampliação de sua autonomia para manter-se ativo enquanto sujeito social. Através da metodologia do estudo de caso, buscamos relacionar o debate teórico a cerca da resistência camponesa com a experiência concreta de quatro famílias assentadas no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão/RS que cultivam em sistemas orgânicos de produção diversos gêneros alimentícios, sendo estes comercializados diretamente pelas famílias em feiras ecológicas realizadas na região metropolitana de Porto Alegre/RS.

As feiras ecológicas são orientadas pela lógica dos circuitos curtos de comercialização, que fomentam a economia local e estabelecem relações de proximidade, solidariedade e de confiança com a comunidade regional, quer seja com consumidores, quer seja com outros agricultores. Deste modo as feiras ecológicas influenciam significativamente na dinâmica das famílias assentadas, que encontraram nestes espaços uma alternativa para o escoamento da produção agrícola, conciliando trabalho, renda e autosustento, fatores essenciais ao desenvolvimento rural, que juntos ampliam a qualidade de vida das famílias feirantes.

Além dos alimentos *in natura* (frutas, tubérculos, grãos, olerícolas, entre outros), as famílias comercializam também através das feiras, alimentos processados, como geleias doces, panifícios, extrato de tomate, sucos e aipim higienizado. O processamento destes produtos, que acontece artesanalmente e também através de uma agroindústria de processamento de vegetais cooperativada, possibilita aos camponeses agregarem valor a seus produtos e ampliar a diversidade de itens ofertados nas feiras.

Os sistemas de produção orgânicos aumentam a autonomia das famílias feirantes, pois as técnicas e os manejos realizados pelos camponeses fomentam a coprodução (relações entre ser humano e natureza), reduzindo a dependência de fatores de crescimento artificiais, e consequentemente do capital industrial e financeiro e, em contraposição, fortalecem o capital ecológico.

O aspecto da saúde foi determinante para que as famílias aderissem aos cultivos em sistemas de produção orgânicos, através dos quais os camponeses feirantes orgulham-se em ofertar tanto a seus núcleos familiares quanto aos consumidores gêneros alimentícios diversos, produzidos sob princípios ecológicos.

Percebemos, também, que as quatro famílias participantes deste estudo possuem grande autonomia sobre o planejamento e as tomadas de decisão sobre suas atividades. São as

famílias camponesas que definem as variedades que serão cultivadas, as épocas de cultivo, os insumos que serão aplicados (ou não) a esta produção. Cabe exclusivamente as famílias também, a decisão sobre a destinação da produção, se um determinado produto será comercializado, consumido na própria unidade de produção ou utilizado para ambas finalidades.

Os camponeses feirantes, ao longo da constituição das feiras ecológicas deparam-se com diversos desafios, dentre estes, destacam como principais: A escassez de recursos; a desconfiança por parte dos consumidores durante as feiras iniciais e; a necessidade de garantir constantemente qualidade e diversidade de alimentos ofertados aos consumidores.

Como forma de enfrentamento a estes desafios as famílias desenvolveram diversos mecanismos que apresentam em sua essência a cooperação, a solidariedade e a reciprocidade entre camponeses, além do fortalecimento do diálogo e do encurtamento de distâncias entre camponeses e consumidores.

A cooperação desenvolvida pelos camponeses se materializada em diversos coletivos, como o Grupo Gestor das Hortas e Frutas, grupos de certificação orgânica, grupos de feiras e através de cooperativas. No entanto, as formas de cooperação desenvolvidas pelos camponeses feirantes extrapolam os limites do cooperativismo institucionalizado, se apresentando, também, através de uma organização de cooperação em rede. Essa forma de cooperação, não institucionalizada, fomenta diversas trocas de produtos entre os agricultores, possibilita ainda a elaboração coletiva de insumos agrícolas e, a divisão dos custos com a logística das feiras.

Ao mesmo tempo em que as feiras ecológicas são fortalecidas através dos mecanismos de cooperação em rede desenvolvidos pelas famílias camponesas, essa cooperação se manifesta e se consolida a partir das necessidades impostas pela dinâmica das feiras ecológicas. Ou seja, as feiras ecológicas e a cooperação em rede são estratégias que se fortalecem mutuamente, sendo ambas desenvolvidas pelos camponeses feirantes do Assentamento Filhos de Sepé como mecanismos de enfrentamento e resistência aos desafios com os quais se deparam.

Apesar dos desafios enfrentados pelas famílias feirantes, estes sujeitos se sentem extremamente motivados para dar continuidade e ampliar as feiras ecológicas. As famílias possuem a compreensão de que através da comercialização nas feiras encontraram uma atividade que oferece trabalho, renda e qualidade de vida no meio rural. Ou seja, através delas os camponeses desenvolveram as condições necessárias para viver no e do campo, reproduzindo assim sua(s) cultura(s), seus princípios e valores. Essa motivação presente nas

famílias feirantes expressa o fortalecimento nestes sujeitos do princípio camponês, que leva estas famílias a enfrentar e superar dificuldades, criando condições necessárias ao estabelecimento de sua condição de agente.

Os diversos elementos analisados por meio deste estudo de caso permitem confirmar nossa hipótese de que os circuitos curtos de comercialização, expressos aqui através das feiras ecológicas influenciam no processo de resistência do campesinato enquanto sujeito social ativo. Acreditamos que as feiras ecológicas dos camponeses assentados em Viamão, além de expressar uma manifestação concreta da resistência camponesa, cumprem funções essenciais no desenvolvimento rural, pois, geram trabalho e renda para as famílias assentadas, além de fortalecer a economia local.

Por meio deste estudo pretendeu-se demonstrar a importância dos camponeses não apenas como produtores de alimentos, mas como sujeitos, capazes de intervir em sua própria realidade e decidir sobre seus próprios futuros. Estes sujeitos, mesmo quando se confrontam a uma realidade hostil, que tende a suprimir seu modo de vida, são capazes de desenvolver diversos mecanismos de resistência, que visam o fortalecimento da sua condição de camponês e a ampliação de sua autonomia. Mecanismos estes que, no caso dos camponeses feirantes do Assentamento Filhos de Sepé, materializam-se nas relações de cooperação e de solidariedade, em sistemas de produção enraizados no fortalecimento do capital ecológico e nos circuitos curtos de comercialização.

Acreditamos que os elementos apresentados ao longo deste estudo demonstram que o modo de produção camponês é uma alternativa viável para a superação dos paradigmas social e ambiental ao qual se encontra a sociedade no século XXI. No entanto, a importância do campesinato carece ainda de um maior destaque no meio acadêmico. A sociedade, e, principalmente a ciência necessitam melhor compreender este sujeito, sua cultura, seu modo de vida, seus princípios, seus valores e sua forma de organização. É necessário também, que sejam compreendidos e, acima de tudo, respeitados os conhecimentos e os saberes dos camponeses.

Através deste estudo emergiram questionamentos sobre algumas das relações sociais estabelecidas pelos camponeses. Faz-se necessário um maior detalhamento e, conseqüentemente, uma melhor compreensão a cerca da aproximação e das relações de confiança que se estabelecem entre camponeses e consumidores, intermediadas e fomentadas pelos circuitos curtos de comercialização. É necessário destacar também, que, ao longo deste estudo percebeu-se que as mulheres do Assentamento Filhos de Sepé, organizadas através de um grupo, foram pioneiras na construção das feiras ecológicas neste assentamento, ocupando,

assim, um papel de protagonistas nesta experiência. Não foi objeto central desse trabalho o estudo sobre o papel das mulheres, no entanto, não restam dúvidas a cerca da sua importância no desenvolvimento de mecanismos de resistência camponesa, principalmente quando se fala de circuitos curtos de comercialização, aspectos que devem ser perseguidos pelos estudos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- BRASIL. Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm>.
- BRASIL, **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Instrução Normativa nº 19 de 28 de maio de 2009. Brasília, DF, 28 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-19-de-28-de-maio-de-2009-mecanismos-de-controle-e-formas-de-organizacao.pdf/view>>.
- COSTA, F. de A; CARVALHO, H. M. Campesinato. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 113 -120.
- DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós. 2013. p. 139 – 170.
- DIEL, R. **Gerenciamento de recursos hídricos: um estudo de caso no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão (RS)**. 2011. 85 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2011.
- FERNANDES, B. M. **Agronegócio e reforma agrária**. 2005. 5 p. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf>. Acesso em 03 mai. 2018.
- GÖRGEN, F. S. A. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. [S. i.: s. n.], 2004.
- MACHADO, D. M.; DALENOGARE, I. R.; BEDENDE, O. J. A organização das feiras agroecológicas de famílias camponesas do Assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, RS. **Cadernos de agroecologia**, [S.l.], n. 2, v. 8, 2013. Disponível em: <<http://revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/13828>>. Acesso em 15 jan. 2018.
- MACHADO, D. C. M. **Estratégias socioeconômicas da agricultura camponesa: a trajetória de vida de uma família de agricultores no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão – RS**. 2015. 49 f. Monografia (Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo) – Universidade Federal de Santa Maria, Curso de especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, Santa Maria, 2015.
- MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. Introdução. In: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS. 2016. p. 11-18.

MENEZES, M.; MALAGODI, E. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: UFRGS. 2011, p. 49 -66.

NICHOLLS, C. I. et al. A. Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas, **Revista agriculturas: experiências em agroecologia - cadernos para debate**, Rio de Janeiro, jan. 2015.

OLIVEIRA, A. U. de; STEDILLE, J. P. **A natureza do agronegócio no Brasil**. Cartilha da Via Campesina. 52 p. Brasília. Mai de 2005.

PEREIRA, M. C. de B.; Revolução verde. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 685-689.

PETERSEN, P. Introdução. In: PETERSEN, P. (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. **Revista agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, p. 05-15, 2009.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F. M. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós. 2013. p. 69-104.

PLOEG, J. D. V. D; **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS. 2008.

PLOEG, J. D. V. D; Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS. 2016. p. 21-52.

PLOEG, J. D. V. D; Sete teses sobre a agricultura camponesa, Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. **Revista agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, p. 17-31, 2009.

PREISS, P. V. **Construção do conhecimento agroecológico: o processo das famílias produtoras de arroz no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão**. 2013. 195 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2013.

SCHMITT, C. J. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Revista agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 8, p. 04-08, 2011.

SCHNEIDER, S.; CRUZ, F. T. da; MATTE, A. Estratégias alimentares e de abastecimento: desafios e oportunidades para as cidades e para o meio rural. In: CRUZ, F. T. da; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: UFRGS. 2016. p. 09-22.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS. 2016. p. 93-140.

STEDILE, J. P. História da questão agrária no Brasil. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil 3: programas de reforma agrária: 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular. 2005. p. 09-16.

WANDERLEY, M. de N. B. O agricultor familiar no Brasil. In: PETERSEN, P. (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. **Revista agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, 2009. p. 33-46.

WILKINSON, J. Os mercados não vêm mais do “MERCADO”. In: MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S; **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS. 2016. p. 53-73

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CAMPONESES FEIRANTES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL Curso de Agronomia/PRONERA – Ênfase em Agroecologia Questionário semiestruturado

Pesquisador: Jonathan Gilnei Rodrigues dos Santos

Entrevistado (a):

Data da entrevista:

Local:

1. Quantas pessoas compõe o núcleo familiar?
2. Quantas pessoas estão envolvidas nas atividades produtivas (da produção à comercialização)?
3. Quando a família iniciou a experiência com as feiras?
4. Oque (quem) motivou a família a iniciar a experiência com feiras?
5. Antes da(s) feira(s), qual era a fonte de renda da família?
6. Em quantas experiências de feiras a família está envolvida? Qual o local? com que frequência são realizadas?
7. As feiras são realizadas individualmente ou de forma coletiva?
8. A família possui certificado orgânico? Qual o tipo? Desde quando? (caso não tenha, possui interesse em certificar?)
9. Quais os produtos que vocês comercializam nas feiras?
10. Os produtos comercializados são todos produzidos pela família?
11. Existe um planejamento das atividades agrícolas (época de plantio, quais variedades, quantia de insumos)?
12. A família conta com transporte próprio para levar a produção ate as feiras? (caso não, como se dá a logística?).
13. Os produtos comercializados passam por algum processamento? (se sim, quais produtos? onde é realizado o processamento?)

14. Qual a origem dos recursos investidos na produção? Busca algum tipo de financiamento? (se sim, onde?)
15. A família participa de alguma experiência de troca de produtos e/ou serviços sem o uso de moeda (R\$)?
16. Do total da renda da família, quanto representa (em %) a renda da feira?
17. Além da feira, existe outra fonte de renda da família? (se sim qual? qual a principal?)
18. Existe contratação de trabalho pela família? (se sim, que tipo, qual a finalidade?)
19. Relacionado às feiras, quais dificuldades surgiram ao longo do tempo? Elas foram superadas? (se sim, de que forma?)
20. Além da feira, qual a destinação dos alimentos produzidos (autoconsumo, outros mercados)?
21. A família participa de algum espaço formal ou informal de troca de experiências com outros agricultores relacionadas à produção e comercialização?
22. A família está envolvida em alguma associação, comunidade, cooperativa? (se sim, qual? Qual a finalidade?)
23. Como a família imagina seu futuro?
24. A continuidade nessa atividade dependeria de que?
25. O que precisa para qualificar/melhorar na atividade que atualmente estão desenvolvendo?

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS REPRESENTANTES DO
GRUPO GESTOR DAS HORTAS E FRUTAS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
Curso de Agronomia/PRONERA – Ênfase em Agroecologia
Questionário semiestruturado

Pesquisador: Jonathan Gilnei Rodrigues dos Santos

Entrevistado (a):

Data da entrevista:

Local:

1. Quando o(a) Sr(a). passou a fazer parte do Grupo Gestor das Hortas e Frutas?
2. Qual função o(a) Sr(a). desempenha no Grupo Gestor das Hortas e Frutas?
3. Quando surgiu o Grupo Gestor das Hortas e Frutas?
4. Quais os objetivos do Grupo Gestor?
5. O Grupo Gestor está articulado em quantos municípios em quantos assentamentos, e abrange quantas famílias?
6. Quantas famílias compõe o Grupo Gestor no assentamento Filhos de Sepé, Viamão, destas quantas estão inseridas em feiras?
7. Das famílias que compõe o Grupo Gestor, quantas realizam feiras a mais de quatro anos, quantas realizam feiras a menos de quatro anos?
8. Além das feiras, existem outros espaços de comercialização em que as famílias que compõe o Grupo Gestor estão inseridas?
9. As famílias feirantes produzem de forma coletiva ou individual?
10. Quantas famílias possuem certificados de produtores orgânicos, qual o tipo de certificação?
11. Quantas feiras são realizadas pelas famílias assentadas em Viamão, (onde, qual a frequência)?
12. Qual a movimentação financeira (em R\$) das feiras? (mensal, anual, outros.)
13. Como o Grupo Gestor atua na dinâmica das feiras?

14. Quais as dificuldades que surgiram ao longo do tempo relacionado as feiras? Elas foram superadas? (Se sim, de que forma?)
15. O que seria necessário para qualificar/melhorar as feiras ecológicas?